



Diário Oficial Eletrônico

PREFEITURA MUNICIPAL DE PIRASSUNUNGA
IMPrensa OFICIAL DO MUNICÍPIO
www.diariodepirassununga.sp.gov.br

Terça-feira, 19 de maio de 2015 • Ano 02 • Nº 020 (EDIÇÃO ESPECIAL)

ATOS OFICIAIS PODER EXECUTIVO

Secretaria Municipal de Finanças

MUNICÍPIO DE PIRASSUNUNGA		CONAM		
DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTARIA				
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL				
Período de Referência: JANEIRO a ABRIL 2015 / BIMESTRE: MARÇO-ABRIL				
BALANÇO ORÇAMENTARIO		Até o Bimestre		
RECEITAS				
Previsão Inicial				218.656.602,00
Previsão Atualizada				226.080.376,71
Receitas Realizadas				70.643.171,43
Deficit Orçamentario				0,00
Saldos de Exerc. Anteriores (utilizados para créditos adicionais)				10.087.386,36
DESPESAS				
Dotação Inicial				218.498.839,00
Créditos Adicionais				11.723.781,99
Dotação Atualizada				230.222.620,99
Despesas Empenhadas				165.899.555,64
Despesas Liquidadas				56.994.903,33
Despesas Pagas				56.415.076,13
Superavit Orçamentario				13.648.268,10
DESPESAS POR FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO				
Até o Bimestre				
Despesas Empenhadas				165.899.555,64
Despesas Liquidadas				56.994.903,33
RECEITA CORRENTE LIQUIDA - RCL				
Até o Bimestre				
Receita Corrente Líquida				183.797.615,94
RECEITAS E DESPESAS DOS REGIMES DE PREVIDENCIA				
Até o Bimestre				
Regime Proprio de Previdencia dos Servidores				
Receitas Previdenciarias Realizadas (IV)				0,00
Despesas Previdenciarias Liquidadas (V)				0,00
Resultado Previdenciario (VI)=(IV - V)				0,00
RESULTADOS NOMINAL E PRIMARIO				
	Meta Fixada no Anexo de Metas Fiscais da LDO (a)	Resultado Apurado até o Bimestre (b)	% em Relacao a Meta (b/a)	
Resultado Nominal	0,00	-7.772.153,44	0,00	
Resultado Primario	0,00	13.008.630,15	0,00	
RESTOS A PAGAR POR PODER				
	Inscricao	Cancelamento até o Bimestre	Pagamento até o Bimestre	Saldo a Pagar
RESTOS A PAGAR PROCESSADOS				
Poder Executivo	5.179.496,99	0,00	5.078.194,71	101.302,28
Poder Legislativo	0,00	0,00	0,00	0,00
RESTOS A PAGAR NAO-PROCESSADOS				
Poder Executivo	9.249.830,79	146.105,07	3.781.900,30	5.321.825,42
Poder Legislativo	7.500,00	0,00	0,00	7.500,00
TOTAL	14.436.827,78	146.105,07	8.860.095,01	5.430.627,70

CONAM 1.0-2015
Continua (1/2)



MUNICÍPIO DE PIRASSUNUNGA		CONAM	
DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA			
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL			
LRP, art. 48 - Anexo 14		Período de Referência: JANEIRO a ABRIL 2015 / BIMESTRE: MARÇO-ABRIL	
		R\$ 1,00	
DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE	Valor apurado até o bimestre	Limites Constitucionais Anuais	
		% Mínimo a Aplicar no Exercício	% Aplicado até o Bimestre
Mínimo Anual de 25% das Receitas de Impostos em MDE	12.048.539,99	25%	24,10
Mínimo Anual de 60% do FUNDEB na Remuneração do Magisterio com Educação Infantil e Ensino Fundamental	7.027.059,85	60%	79,40
DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE	Valor apurado até o bimestre	Limite Constitucional Anual	
		% Mínimo a Aplicar no Exercício	% Aplicado até o Bimestre
Despesas com Ações e Serviços Públicos de Saúde executadas com recursos de impostos	10.609.597,72	15,00	21,22

CONAM 1.0-2015

FONTE: CN-SIFPM - Sistema Integrado de Finanças Públicas Municipais, Unidade responsável- CONTABILIDADE

Data de emissão 19/MAI/2015 e hora de emissão 12:59

MUNICÍPIO DE PIRASSUNUNGA		CONAM					
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA							
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO							
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL							
PERÍODO DE REFERÊNCIA: JANEIRO A ABRIL 2015 / BIMESTRE: MARÇO-ABRIL		R\$ MILHÕES					
RREO - ANEXO I (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e PARÁGRAFO 1º)							
RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (A)	RECEITAS REALIZADAS				
			No Bimestre (B)				
			% (B/A)				
			Até o Bimestre (C)				
			% (C/A)				
			SALDO (A-B)				
RECEITAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	218.656.602,00	226.080.376,71	38.162.828,86	16,88	70.643.171,43	31,24	155.437.205,28
RECEITAS CORRENTES							
Impostos	35.680.377,00	41.122.423,31	9.473.289,84	23,03	12.517.807,88	30,44	28.604.615,33
TAXAS	5.172.323,00	5.172.323,00	1.387.687,43	26,82	1.517.158,00	29,34	3.654.964,99
PROFITOS PATRIMONIAIS	448.500,00	485.047,98	79.644,94	16,42	133.078,37	31,55	331.969,61
RECEITAS DE RECEITAS MOBILIZADAS	4.013.500,00	4.589.816,20	434.997,26	9,47	1.032.211,07	22,48	3.557.605,13
OUTRAS RECEITAS PATRIMONIAIS	100,00	100,00	0,00	0,00	0,00	0,00	100,00
RECEITAS DE SERVIÇOS	23.223.900,00	23.223.900,00	3.224.564,61	13,88	5.834.576,43	25,12	17.389.323,57
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	126.307.401,00	126.787.208,36	20.441.573,66	16,12	44.445.806,18	35,05	82.341.399,18
TRANSFERÊNCIAS DE INSTITUIÇÕES PRIVADAS	15.100,00	15.100,00	0,00	0,00	0,00	0,00	15.100,00
TRANSFERÊNCIAS DE EMPRESAS	13.200,00	13.200,00	0,00	0,00	0,00	0,00	13.200,00
TRANSFERÊNCIAS DE GOVERNOS	2.820.893,00	2.820.959,22	487.123,24	17,13	621.788,42	21,87	2.221.205,80
OUTRAS RECEITAS CORRENTES							
Multas e juros de mora	1.381.400,00	1.382.435,80	175.182,22	12,67	346.106,53	25,03	1.036.329,27
Indenizações e contribuições	50.100,00	50.100,00	1.518,46	3,01	41.482,12	79,63	10.607,88
RECEITAS DE DIVÍDUAS ATIVAS	2.325.970,00	2.327.254,19	484.238,88	20,81	1.074.828,38	46,58	1.252.425,80
RECEITAS CORRENTES DIVERSAS	754.700,00	811.432,85	81.434,54	10,73	183.640,91	22,63	627.791,94
RECEITAS DE CAPITAL							
Alienação de bens	100,00	100,00	0,00	0,00	0,00	0,00	100,00
Alienação de bens móveis	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de bens imóveis	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	2.648.343,00	2.648.343,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.648.343,00
TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS	13.815.405,00	14.817.485,00	1.890.000,00	12,92	2.885.413,34	19,60	11.932.071,66
RECEITAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)							
SUBTOTAL DAS RECEITAS (III) = (I+II)	218.656.602,00	226.080.376,71	38.162.828,86	16,88	70.643.171,43	31,24	155.437.205,28
OPERACIONES DE CRÉDITO/ REFINANCIAMENTO (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Internas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobilizável	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobilizável	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (V) = (III + IV)	218.656.602,00	226.080.376,71	38.162.828,86	16,88	70.643.171,43	31,24	155.437.205,28
DEPÓSITO (VI)							0,00
TOTAL (VII) = (V + VI)	218.656.602,00	226.080.376,71	38.162.828,86	16,88	70.643.171,43	31,24	155.437.205,28
SALDOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES (utilizados para credenciais)		10.081.386,36			10.081.386,36		
Superávit financeiro		10.081.386,36			10.081.386,36		
Prejuízo de créditos adicionais		0,00			0,00		

CONAM 1.0-2015



MUNICÍPIO DE PIRASSUNUNGA										
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA										
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO										
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL										
Período de Referência: JANEIRO a ABRIL 2015 / Bimestre: MARÇO-ABRIL										
Em Real										
DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO	DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO	DESPESAS PAGAS	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS
			No Bimestre	Até o Bimestre		No Bimestre	Até o Bimestre			
(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	(6) = (4)-(5)	(7)	(8) = (7)-(8)	(9)	(10)	(11)
DESPESAS (EXERCÍCIO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (VIII)	218.498.839,00	230.222.620,99	14.481.515,50	165.899.559,64	64.323.065,35	34.254.076,45	56.994.903,33	173.227.717,66	56.415.076,13	0,00
DESPESAS CORRENTES										
Pessoal e encargos sociais	108.080.000,00	107.159.872,00	5.946.956,74	60.860.517,09	16.269.141,91	17.259.371,36	32.803.970,71	74.356.151,29	32.611.642,58	0,00
Juízo e encargos de dívida	148.000,00	148.000,00	15.480,31	53.112,93	52.837,37	16.442,65	34.028,68	111.554,94	34.008,28	0,00
Outras despesas correntes	87.263.284,00	84.928.622,08	7.702.478,56	87.874.622,48	27.256.001,60	15.834.815,04	22.628.485,45	72.259.136,63	22.256.042,44	0,00
DESPESAS DE CAPITAL										
Investimentos	21.844.155,00	26.823.826,91	742.029,87	6.243.980,94	20.576.845,87	959.776,67	1.160.788,37	25.663.038,54	1.146.132,37	0,00
Inversões financeiras	9.000,00	9.000,00	0,00	0,00	9.000,00	0,00	0,00	9.000,00	0,00	0,00
Amortização de dívida	1.150.000,00	1.150.000,00	73.666,02	837.274,20	312.725,80	183.824,73	367.053,74	782.946,26	367.053,74	0,00
RESERVA DE CONTINGÊNCIA OU RESERVA DO RPPS										
Reserva de contingência do exercício do P	5.500,00	5.500,00	0,00	0,00	5.500,00	0,00	0,00	5.500,00	0,00	0,00
DESPESAS (EXERCÍCIO ANTERIORES) (IX)										
SUBTOTAL DAS DESPESAS (X) = (VIII + IX)	218.498.839,00	230.222.620,99	14.481.515,50	165.899.559,64	64.323.065,35	34.254.076,45	56.994.903,33	173.227.717,66	56.415.076,13	0,00
ANULACÃO DA DIVIDA/REFINANCIAMENTO(XI)										
Anulacão de dívida estadual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Anulacão de dívida estadual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL DOS REFINANCIAMENTOS (XII) = (XI + XII)	218.498.839,00	230.222.620,99	14.481.515,50	165.899.559,64	64.323.065,35	34.254.076,45	56.994.903,33	173.227.717,66	56.415.076,13	0,00
SUPERAVIT (XIII)								13.648.268,10		
TOTAL (XIV) = (XII + XIII)	218.498.839,00	230.222.620,99	14.481.515,50	165.899.559,64	64.323.065,35	34.254.076,45	56.994.903,33	186.875.985,76	56.415.076,13	0,00

Notas:
 1) Quanto ao exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas encerradas. O controle no último bimestre, foi direcionado para a coluna "Despesas Empenhadas", cujo valor deverá ser igual a soma das valores das colunas "Despesas Liquidadas" e "Inscritas em Restos a Pagar Não Processados". Dessa forma, para maior transparência, as despesas para fins de controle, estão agrupadas em:
 a) Despesas liquidadas (encerradas) são aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do artigo 63 da Lei 4.302/64;
 b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do artigo 35, inciso II da Lei 4.302/64.

FONTE: DN-SIPPM - Sistema Integrado de Planilhas Municipais, Unidade responsável- CONTABILIDADE

Data de emissão: 19/04/2015 e hora de emissão: 13:01

CONAM 1.0-2015

MUNICÍPIO DE PIRASSUNUNGA										
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA										
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO										
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL										
Período de Referência: JANEIRO a ABRIL 2015 / Bimestre: MARÇO-ABRIL										
Em Real										

CONAM 1.0-2015

MUNICÍPIO DE PIRASSUNUNGA											
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA											
MONITÓRIO DE EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO E SUBFUNÇÃO											
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL											
Período de Referência: JANEIRO a ABRIL 2015 / Bimestre: MARÇO-ABRIL											
Em Real											
FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS			SALDO	DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS
			No Bimestre	Até o Bimestre	% (b/c)		No Bimestre	Até o Bimestre	% (d/e)		
(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	(6) = (5)-(4)	(7)	(8) = (7)-(8)	(9)	(10) = (9)-(8)	(11)	
DESPESAS (EXERCÍCIO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	218.498.839,00	230.222.620,99	14.481.515,50	165.899.559,64	100,00	64.323.065,35	34.254.076,45	56.994.903,33	100,00	173.227.717,66	0,00
LEGISLATIVA											
Atividade Legislativa	462.000,00	462.000,00	72.154,00	144.308,00	0,08	317.692,00	72.154,00	144.308,00	0,25	317.692,00	0,00
Administração Geral	2.393.000,00	2.393.000,00	371.924,89	674.603,56	0,40	1.689.336,44	371.924,89	674.603,56	0,97	1.689.336,44	0,00
Essencial à Justiça											
Departamento Judicial e Extrajudicial	100,00	100,00	0,00	0,00	0,00	100,00	0,00	0,00	0,00	100,00	0,00
Administração Geral	1.702.000,00	1.602.000,00	189.289,90	1.126.438,13	0,67	475.561,87	295.487,60	462.536,14	0,81	1.129.463,96	0,00
ADMINISTRAÇÃO											
Planejamento e Controle	100,00	100,00	0,00	0,00	0,00	100,00	0,00	0,00	0,00	100,00	0,00
Administração Geral	8.272.000,00	8.272.000,00	516.116,48	4.370.149,59	2,63	3.901.850,41	1.132.581,33	2.289.269,07	4,01	5.983.735,73	0,00
Administração Financeira	1.463.000,00	1.463.000,00	11.485,89	571.625,71	0,34	891.394,29	201.785,15	354.604,98	0,62	1.108.395,22	0,00
Controle Interno	2.281.400,00	2.189.400,00	72.104,60	1.927.929,69	1,16	261.970,31	376.418,00	628.665,29	0,92	1.683.735,71	0,00
Formação de Recursos Humanos	12.574.300,00	12.243.300,00	535.983,14	10.575.001,12	6,37	1.668.298,98	2.038.361,96	3.059.428,29	5,43	9.143.871,71	0,00
Administração de Saúde	2.736.400,00	2.736.400,00	12.729,61	2.470.977,71	1,48	265.422,29	434.869,81	760.987,57	1,33	1.975.412,43	0,00
SEGURANÇA PÚBLICA											
Polícia Militar	6.359.000,00	6.226.000,00	106.368,21	5.097.414,70	3,27	1.197.585,30	806.123,33	1.600.177,26	2,60	4.684.822,74	0,00
Defesa Civil	3.300,00	3.300,00	0,00	0,00	0,00	3.300,00	0,00	0,00	0,00	3.300,00	0,00
ASSISTÊNCIA SOCIAL											
Assistência ao Idoso	367.000,00	367.000,00	0,00	261.250,01	0,16	65.749,99	13.246,98	30.074,98	0,25	336.925,02	0,00
Assistência à Criança e ao Adolescente	2.684.400,00	2.684.716,87	1.121.539,04	2.170.476,88	1,30	769.300,99	616.960,49	783.920,16	1,37	2.170.876,71	0,00
Assistência Comunitária	5.749.463,00	7.100.323,82	447.111,84	3.371.814,65	2,03	3.728.489,17	661.823,08	1.150.551,82	2,01	5.549.946,20	0,00
PREVIDÊNCIA SOCIAL											
Previdência do regime estatutário	2.200.600,00	2.200.600,00	0,00	2.188.620,00	1,31	11.980,00	351.466,79	664.900,18	1,16	1.535.699,82	0,00
SAÚDE											
Atividade Básica	44.108.806,00	47.089.511,58	982.874,57	37.210.181,73	22,42	9.879.330,25	7.810.313,90	12.759.516,22	22,39	34.329.995,76	0,00
Assistência Hospitalar e Ambulatorial	8.426.000,00	8.426.000,00	0,00	7.428.287,71	4,47	999.732,29	1.382.650,97	1.987.650,97	3,48	6.438.349,03	0,00
Suprimento Farmacológico e Órteses	1.800.000,00	1.180.000,00	40.173,84	180.339,07	0,09	1.029.660,93	85.429,19	86.770,87	0,15	1.093.229,13	0,00
Vigilância Sanitária	289.000,00	347.000,00	11.140,00	200.430,00	0,12	146.660,00	42.882,44	81.526,07	0,14	265.473,93	0,00
Vigilância Epidemiológica	110.900,00	254.232,55	21.787,60	42.144,74	0,02	212.088,21	25.262,82	27.254,98	0,04	226.877,87	0,00
EDUCAÇÃO											
Administração Geral	6.036.200,00	6.727.894,00	129.089,10	3.999.738,79	2,41	2.728.116,21	759.235,56	1.324.037,87	2,28	5.403.816,43	0,00
Atividade e Ensino	6.750.800,00	9.888.180,47	638.956,80	7.048.038,88	4,24	2.822.661,79	1.690.148,20	1.828.793,15	3,20	8.029.389,42	0,00
Ensino Fundamental	31.054.800,00	31.921.100,00	535.089,99	30.194.695,08	18,20	1.726.404,92	5.368.320,93	9.236.170,61	16,20	22.684.929,39	0,00
Ensino Médio	1.000,00	1.000,00	0,00	0,00	0,00	1.000,00	0,00	0,00	0,00	1.000,00	0,00
Ensino Profissional	576.100,00	576.100,00	69.500,00	419.638,88	0,25	156.561,12	68.743,44	147.038,68	0,25	429.061,12	0,00
Ensino Superior	1.000,00	1.000,00	0,00	0,00	0,00	1.000,00	0,00	0,00	0,00	1.000,00	0,00
Educação Infantil	14.374.700,00	15.046.945,98	1.699.704,73	8.664.611,14	5,22	6.382.334,84	1.573.196,95	3.029.291,17	5,31	12.017.654,81	0,00
Educação Especial	1.000.000,00	1.000.000,00	833.400,00	1.000.000,00	0,80	0,00	166.600,00	249.600,00	0,43	750.400,00	0,00
CULTURA											
Administração Geral	1.280.000,00	1.280.000,00	0,00	1.210.788,60	0,72	39.201,40	169.839,66	234.770,70	0,58	981.229,30	0,00
Distúrbio Cultural	2.709.800,00	2.399.200,00	282.188,03	1.784.650,60	1,07	614.549,40	485.791,93	789.953,63	1,38	1.609.246,37	0,00

CONAM 1.0-2015



MUNICÍPIO DE PIRASSUNUNGA											CONAN
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA											
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO E SUBFUNÇÃO											
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL											
Período de Referência: JANEIRO a ABRIL 2015 / EXERCÍCIO: MARÇO-ABRIL											Em Real
FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS			SALDO	DESPESAS LIQUIDADAS			ANOTAÇÕES EM RENDAS A PAGAR NÃO PROCESSADAS (F)	
			No Rendimento	Até o Rendimento	% (b/total b)		No Rendimento	Até o Rendimento	% (d/total d)		
(A)	(B)	(C)	(a)	(b)	(c)	(d)	(e)	(f)	(g)	(h)	
ORGANIZACAO											
Administracao Geral	9.539.400,00	9.439.400,00	173.835,38	1.685.009,84	4,62	1.776.350,16	1.140.402,73	2.118.418,27	3,71	7.320.981,73	
Infra-estrutura Urbana	2.435.800,00	2.548.800,00	279.281,72	1.034.547,32	0,62	1.514.052,68	148.874,31	238.278,87	0,41	2.310.521,13	
Servicos Urbanos	8.214.000,00	8.214.000,00	89.013,78	7.698.866,43	4,84	815.233,57	1.447.125,97	2.432.356,41	4,26	5.781.743,59	
Manutencao de bens urbanos	539.800,00	539.800,00	3.780,00	30.525,00	0,21	502.975,00	8.250,00	12.245,00	0,02	537.555,00	
SANITACAO											
Sanitacao urbana	187.000,00	187.000,00	0,00	0,00	0,00	187.000,00	0,00	0,00	0,00	187.000,00	
SANEAMENTO											
Saneamento de bens urbanos	18.694.500,00	18.694.500,00	2.453.644,04	8.839.478,01	5,32	9.855.024,99	2.222.740,87	4.195.508,47	7,36	14.498.991,53	
SAUDE AMBIENTAL											
Controle e conservacao ambiental	430.200,00	3.180.548,92	22.505,10	337.347,78	0,20	2.843.198,14	84.629,20	119.059,66	0,20	3.061.489,26	
AGRICULTURA											
Planejamento e desenvolvimento	313.600,00	313.600,00	1.070,00	233.073,00	0,12	110.527,00	48.120,54	81.587,41	0,14	232.012,59	
Atividade de desenvolvimento cientifico e tec	2.000,00	2.000,00	0,00	0,00	0,00	2.000,00	0,00	0,00	0,00	2.000,00	
COMERCIO E SERVICOS											
promocao comercial	460.200,00	460.200,00	1.311,81	261.722,81	0,15	198.477,19	40.185,38	76.951,79	0,13	383.248,21	
TRANSPORTE											
Transporte rodoviario	1.188.200,00	1.188.200,00	103.031,86	445.386,26	0,26	742.813,74	183.314,73	248.957,49	0,43	944.242,51	
TRANSPORTE E LAZER											
Servico de transporte	3.773.770,00	3.903.070,00	508.600,63	1.717.642,31	1,03	2.185.427,69	179.944,46	335.835,25	0,58	3.567.234,95	
EDUCACAO ESPECIAL											
Atividade de educacao especial	1.295.000,00	1.295.000,00	89.552,33	890.437,13	0,53	404.562,87	200.287,38	401.258,80	0,70	893.741,20	
Outros encargos especiais	4.000.000,00	3.900.000,00	1.741.187,78	2.454.954,98	1,47	1.445.045,02	1.740.285,31	2.454.082,19	4,30	1.445.917,81	
RESERVA DE CONTINGENCIA											
TRANSACCoes CONTINGENCIA	5.800,00	5.800,00	0,00	0,00	0,00	5.800,00	0,00	0,00	0,00	5.800,00	
TOTAL (III)=(I + II)	218.498.839,00	230.222.620,99	14.481.515,80	165.899.555,64		64.323.065,35	34.294.276,45	56.994.903,33		173.227.717,66	

Notas:
 Quanto a execucao, apresenta as despesas liquidadas no exercicio em execucao. O controle no ultimo dia do mes, foi direcionado para a coluna "Despesas Empenhadas", cujo valor deve ser igual a soma dos valores das colunas "Despesas Liquidadas" e "Despesas a Pagar Não Processadas".
 a) Despesas liquidadas (anuladas) são aquelas em que houve a anulação do material do exercício, nos termos do artigo 63 da Lei 4.320/64;
 b) Despesas empenhadas não são liquidadas, inscritas em Rendas a Pagar não processadas, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do artigo 35, inciso II da Lei 4.320/64.

Fonte: SIFPM - Sistema Integrado de Finanças Públicas Municipais, Unidade responsável - CONTABILIDADE
 Data da emissão: 19/04/2015 e hora de emissão: 13:02

MUNICÍPIO DE PIRASSUNUNGA											CONAN
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA											
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO E SUBFUNÇÃO											
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL											
Período de Referência: JANEIRO a ABRIL 2015 / EXERCÍCIO: MARÇO-ABRIL											Em Real
FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS			SALDO	DESPESAS LIQUIDADAS			ANOTAÇÕES EM RENDAS A PAGAR NÃO PROCESSADAS (F)	
			No Rendimento	Até o Rendimento	% (b/total b)		No Rendimento	Até o Rendimento	% (d/total d)		
(A)	(B)	(C)	(a)	(b)	(c)	(d)	(e)	(f)	(g)	(h)	
ORGANIZACAO											
Administracao Geral	9.539.400,00	9.439.400,00	173.835,38	1.685.009,84	4,62	1.776.350,16	1.140.402,73	2.118.418,27	3,71	7.320.981,73	
Infra-estrutura Urbana	2.435.800,00	2.548.800,00	279.281,72	1.034.547,32	0,62	1.514.052,68	148.874,31	238.278,87	0,41	2.310.521,13	
Servicos Urbanos	8.214.000,00	8.214.000,00	89.013,78	7.698.866,43	4,84	815.233,57	1.447.125,97	2.432.356,41	4,26	5.781.743,59	
Manutencao de bens urbanos	539.800,00	539.800,00	3.780,00	30.525,00	0,21	502.975,00	8.250,00	12.245,00	0,02	537.555,00	
SANITACAO											
Sanitacao urbana	187.000,00	187.000,00	0,00	0,00	0,00	187.000,00	0,00	0,00	0,00	187.000,00	
SANEAMENTO											
Saneamento de bens urbanos	18.694.500,00	18.694.500,00	2.453.644,04	8.839.478,01	5,32	9.855.024,99	2.222.740,87	4.195.508,47	7,36	14.498.991,53	
SAUDE AMBIENTAL											
Controle e conservacao ambiental	430.200,00	3.180.548,92	22.505,10	337.347,78	0,20	2.843.198,14	84.629,20	119.059,66	0,20	3.061.489,26	
AGRICULTURA											
Planejamento e desenvolvimento	313.600,00	313.600,00	1.070,00	233.073,00	0,12	110.527,00	48.120,54	81.587,41	0,14	232.012,59	
Atividade de desenvolvimento cientifico e tec	2.000,00	2.000,00	0,00	0,00	0,00	2.000,00	0,00	0,00	0,00	2.000,00	
COMERCIO E SERVICOS											
promocao comercial	460.200,00	460.200,00	1.311,81	261.722,81	0,15	198.477,19	40.185,38	76.951,79	0,13	383.248,21	
TRANSPORTE											
Transporte rodoviario	1.188.200,00	1.188.200,00	103.031,86	445.386,26	0,26	742.813,74	183.314,73	248.957,49	0,43	944.242,51	
TRANSPORTE E LAZER											
Servico de transporte	3.773.770,00	3.903.070,00	508.600,63	1.717.642,31	1,03	2.185.427,69	179.944,46	335.835,25	0,58	3.567.234,95	
EDUCACAO ESPECIAL											
Atividade de educacao especial	1.295.000,00	1.295.000,00	89.552,33	890.437,13	0,53	404.562,87	200.287,38	401.258,80	0,70	893.741,20	
Outros encargos especiais	4.000.000,00	3.900.000,00	1.741.187,78	2.454.954,98	1,47	1.445.045,02	1.740.285,31	2.454.082,19	4,30	1.445.917,81	
RESERVA DE CONTINGENCIA											
TRANSACCoes CONTINGENCIA	5.800,00	5.800,00	0,00	0,00	0,00	5.800,00	0,00	0,00	0,00	5.800,00	
TOTAL (III)=(I + II)	218.498.839,00	230.222.620,99	14.481.515,80	165.899.555,64		64.323.065,35	34.294.276,45	56.994.903,33		173.227.717,66	

Notas:
 Quanto a execucao, apresenta as despesas liquidadas no exercicio em execucao. O controle no ultimo dia do mes, foi direcionado para a coluna "Despesas Empenhadas", cujo valor deve ser igual a soma dos valores das colunas "Despesas Liquidadas" e "Despesas a Pagar Não Processadas".
 a) Despesas liquidadas (anuladas) são aquelas em que houve a anulação do material do exercício, nos termos do artigo 63 da Lei 4.320/64;
 b) Despesas empenhadas não são liquidadas, inscritas em Rendas a Pagar não processadas, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do artigo 35, inciso II da Lei 4.320/64.

Fonte: SIFPM - Sistema Integrado de Finanças Públicas Municipais, Unidade responsável - CONTABILIDADE
 Data da emissão: 19/04/2015 e hora de emissão: 13:02

MUNICÍPIO DE PIRASSUNUNGA											CONAN
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA											
DEMONSTRATIVO DA RECEITA CORRENTE LIQUIDA											
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL											
Período de Referência: MAIO/2014 A ABRIL/2015											R\$ 1,00
ESPECIFICACAO	EVOLUCAO DA RECEITA REALIZADA NOS ULTIMOS 12 MESES								TOTAL (ULTIMOS 12 MESES)	PREVISAO ATUALIZADA 2015	
	MAR/14	JUN/14	JUL/14	AGO/14	SET/14	OUT/14	NOV/14				
RECEITAS CORRENTES (I)											
Receita Tributaria											
IPFU	555.282,69	482.762,92	598.126,50	523.533,56	589.810,58	552.214,13	511.657,64				
ISS	1.280.597,31	1.331.288,63	1.360.681,43	1.288.207,21	1.348.451,03	1.205.265,17	1.215.907,75				
ITBI	196.091,20	438.130,03	211.892,31	184.649,70	243.955,28	192.837,99	251.996,66				
IRRF	209.296,16	208.458,55	193.182,68	213.541,53	198.041,66	194.643,64	334.853,62				
Outras Receitas Tributarias	231.254,40	200.714,69	223.018,29	176.227,68	214.366,63	168.030,52	149.786,68				
Receita Patrimonial	413.580,45	321.326,35	328.242,25	361.269,69	296.684,89	288.920,70	249.514,15				
Receita de Servicos	1.743.972,20	1.554.548,76	1.636.306,31	1.577.151,87	1.504.464,36	1.639.394,04	1.540.761,03				
Transferencias Correntes											
Cota-Parte do FPM	2.777.616,85	2.083.033,35	1.789.063,08	2.173.406,04	1.905.172,13	1.800.583,86	2.389.302,99				
Cota-Parte do ICMS	4.126.617,97	3.304.429,66	3.268.618,11	3.994.857,80	3.013.166,90	3.780.580,87	4.187.546,81				
Cota-Parte do IPVA	417.800,02	473.312,40	374.533,24	408.315,75	590.204,40	447.669,89	284.990,92				
Cota-Parte do ITR	57,83	24,90	1.393,42	269,21	86.369,04	143.856,90	4.674,94				
Transferencias de LC 87/1996	21.357,02	21.356,92	21.356,92	21.356,92	21.356,92	21.356,92	0,00				
Transferencias de LC 81/1989	32.216,92	34.433,28	34.244,47	32.936,37	33.979,35	34.832,32	39.679,25				
Transferencias de FUNDES	1.727.240,29	1.434.525,58	2.135.183,11	1.685.010,22	2.112.018,04	1.618.999,44	1.760.826,84				
Outras Transferencias Correntes	1.428.084,34	1.354.435,78	1.740.167,37	2.179.800,80	1.532.615,98	1.513.946,32	1.670.310,77				
Outras Receitas Correntes	398.879,63	476.448,45	285.239,82	348.023,18	321.036,18	3.635.684,49	325.224,00				
DEDUÇÕES (II)											
Deducao de Receita para Formacao do FUNDES	1.473.269,73	1.183.318,23	1.497.841,38	1.326.220,46	1.517.450,36	1.246.176,27	1.370.767,95				
RECEITA CORRENTE LIQUIDA (III) = (I - II)	14.084.675,55	12.800.912,02	14.724.406,53	13.812.095,47	14.495.022,99	15.996.612,93	13.476.467,50				

MUNICÍPIO DE PIRASSUNUNGA											CONAN
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA											
DEMONSTRATIVO DA RECEITA CORRENTE LIQUIDA											
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL											
Período de Referência: MAIO/2014 A ABRIL/2015											R\$ 1,00
ESPECIFICACAO	EVOLUCAO DA RECEITA REALIZADA NOS ULTIMOS 12 MESES								TOTAL (ULTIMOS 12 MESES)	PREVISAO ATUALIZADA 2015	
	DEZ/14	JAN/15	FEV/15	MAR/15	ABR/15						



MUNICÍPIO DE PIRASSUNUNGA								
Relatório Resumido de Execução Orçamentária								
Demonstrativo da Receita Corrente Líquida								
Orçamentos Fiscal e de Seguridade Social								
PERÍODO DE REFERÊNCIA: MAIO/2014 A ABRIL/2015								
R\$ 1,00								
ESPECIFICAÇÃO	EVOLUÇÃO DA RECEITA REALIZADA NOS ÚLTIMOS 12 MESES							
	DEZ/14	JAN/15	FEB/15	MAR/15	ABR/15	MAY/15	JUN/15	PREVISÃO
RECEITAS CORRENTES (I)								
Receita Tributária								
IPTU	555.282,69	482.762,92	598.126,50	523.533,56	589.610,58	552.214,13	511.657,64	
ISS	1.280.597,31	1.395.288,63	1.380.681,43	1.288.207,21	1.348.451,02	1.205.265,77	1.215.907,75	
ITBI	195.095,00	438.130,03	211.892,21	184.649,70	243.955,28	192.837,99	251.998,06	
IRRF	209.296,16	209.458,53	193.182,68	213.541,53	198.041,66	194.643,64	334.853,62	
Outras Receitas Tributárias	231.254,40	200.714,69	223.018,29	176.227,68	214.366,63	168.030,32	149.786,68	
Receita Patrimonial	413.580,45	321.326,35	328.242,25	361.269,69	296.684,89	288.920,70	249.514,15	
Receita de Serviços	1.743.972,20	1.554.548,76	1.658.306,21	1.877.151,97	1.504.484,36	1.639.394,04	1.504.761,03	
Transferências Correntes								
Cota-Parte do FPM	2.777.616,85	2.083.033,35	1.789.082,08	2.173.406,04	1.905.172,12	1.800.563,66	2.383.302,99	
Cota-Parte do ICMS	4.135.617,97	3.324.439,66	3.268.618,11	3.994.817,50	3.213.166,90	3.780.580,87	4.157.545,81	
Cota-Parte do IPVA	417.800,02	473.312,40	374.533,24	408.315,75	590.204,40	447.669,89	284.990,92	
Cota-Parte do ITR	57,83	24,90	1.393,42	269,21	86.369,04	145.856,80	4.674,94	
Transferências de LC 87/1996	21.357,02	21.356,92	21.356,92	21.356,92	21.356,92	21.356,92	0,00	
Transferências de LC 61/1989	32.216,92	34.433,28	34.244,47	32.936,37	33.979,33	34.832,32	39.679,25	
Transferências do FUNDEB	1.727.240,29	1.434.525,58	2.136.193,11	1.685.010,22	2.112.019,04	1.618.999,44	1.760.826,84	
Outras Transferências Correntes	1.428.084,34	1.554.435,78	1.740.167,17	2.179.602,80	1.532.615,98	1.515.928,32	1.672.520,77	
Outras Receitas Correntes	395.879,63	476.448,45	285.239,82	348.023,18	321.036,18	3.635.684,49	325.224,00	
DEDUÇÕES (II)								
Dedução de Receita para Formação do FUNDEB	1.473.269,73	1.183.318,23	1.497.841,58	1.326.220,46	1.517.480,36	1.246.176,27	1.370.767,95	
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (III) = (I - II)	14.084.675,55	12.800.912,02	14.724.406,53	13.812.098,47	14.495.022,99	15.995.612,93	13.476.467,50	

ESPECIFICAÇÃO	EVOLUÇÃO DA RECEITA REALIZADA NOS ÚLTIMOS 12 MESES						TOTAL (ÚLTIMOS 12 MESES)	PREVISÃO 2015
	DEZ/14	JAN/15	FEB/15	MAR/15	ABR/15			
RECEITAS CORRENTES (I)								
Receita Tributária								
IPTU	707.297,60	263,19	105,56	3.281.639,96	2.610.291,69	10.412.765,95	14.690.000,00	
ISS	1.438.332,88	1.138.881,19	1.219.134,24	1.236.912,42	1.267.515,65	15.695.175,80	21.342.046,31	
ITBI	350.048,27	150.207,00	145.062,54	213.969,97	200.228,08	2.709.087,33	2.718.000,00	
IRRF	198.363,39	223.969,97	167.954,61	184.747,62	176.963,46	2.505.016,89	2.372.377,00	
Outras Receitas Tributárias	214.777,67	22.014,30	108.056,28	608.763,56	778.923,87	3.095.934,57	5.172.323,00	
Receita Patrimonial	263.378,66	465.430,13	205.217,09	248.634,26	266.007,94	3.708.186,78	5.074.964,18	
Receita de Serviços	1.701.016,25	1.340.723,27	1.269.291,53	1.587.926,30	1.636.636,31	18.718.193,83	23.223.900,00	
Transferências Correntes								
Cota-Parte do FPM	3.833.318,84	2.921.442,92	2.982.227,24	2.172.114,50	2.344.287,13	29.165.567,92	30.260.000,00	
Cota-Parte do ICMS	5.028.467,10	4.093.385,62	3.179.577,93	3.817.390,56	3.666.395,40	31.630.994,45	32.460.000,00	
Cota-Parte do IPVA	450.494,82	4.797.890,17	2.067.187,59	1.857.824,25	430.441,98	12.601.663,43	17.902.000,00	
Cota-Parte do ITR	26.299,27	980,79	128,09	60,91	402,00	266.517,30	6.800,00	
Transferências de LC 87/1996	42.713,84	0,00	0,00	0,00	84.852,80	255.708,26	234.000,00	
Transferências de LC 61/1989	39.182,11	51.450,98	31.069,11	28.326,78	30.062,86	424.413,80	425.000,00	
Transferências do FUNDEB	2.135.600,29	2.650.742,73	1.677.215,10	2.811.378,25	1.659.805,88	33.419.545,77	25.640.000,00	
Outras Transferências Correntes	1.454.730,84	2.037.670,51	1.473.354,34	1.539.186,82	1.750.966,30	19.938.997,97	22.988.495,58	
Outras Receitas Correntes	433.449,53	458.791,74	445.160,10	2.485.507,36	+1.743.336,25	7.868.108,23	4.533.222,84	
DEDUÇÕES (II)								
Dedução de Receita para Formação do FUNDEB	1.639.341,02	2.413.029,45	1.652.037,79	1.975.143,19	1.311.688,53	18.605.284,36	20.257.500,00	
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (III) = (I - II)	16.638.147,54	19.180.817,02	13.318.403,50	22.119.265,33	14.150.786,56	183.797.615,94	208.605.328,71	

MUNICÍPIO DE PIRASSUNUNGA								
Relatório Resumido de Execução Orçamentária								
Demonstrativo da Receita Corrente Líquida								
Orçamentos Fiscal e de Seguridade Social								
PERÍODO DE REFERÊNCIA: MAIO/2014 A ABRIL/2015								
R\$ 1,00								
FUNDEB - SIFPM - Sistema Integrado de Finanças Públicas Municipais, Unidade responsável - CONTABILIDADE								
Data de emissão 19/MAI/2015 a hora de emissão 13:02								

Nota: Após a Reforma Previdenciária, consignada na Emenda Constitucional No. 40, de 19 de maio de 2003, as receitas e despesas de previdência foram separadas das demais receitas e despesas de seguridade social (assistência social e saúde). Dessa forma, quando na LRF, editada anteriormente a EC 40, são citadas a previdência e assistência social, deve-se entender apenas previdência, a luz das normas constitucionais.



MUNICÍPIO DE PIRASSUNUNGA									
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA									
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES									
ORÇAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL									
Período de Referência: JANEIRO a ABRIL 2015 / BIMESTRE: MARÇO-ABRIL									
Em Reais									
RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS						
			Ate o Bimestre/ 2015	Ate o Bimestre/ 2014					
RECEITAS DE CAPITAL									
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)									
TOTAL DAS RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS-RPPS (III)=(I+II)									
DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS		
			Ate o Bimestre/ 2015	Ate o Bimestre/ 2014	Ate o Bimestre/ 2015	Ate o Bimestre/ 2014	Em 2015	Em 2014	
DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IV)									
ADMINISTRAÇÃO									
PREVIDÊNCIA									
DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (V)									
TOTAL DAS DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS-RPPS (VI)=(IV+V)									
RESULTADO PREVIDENCIÁRIO - RPPS (VII)=(III-VI)			0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	---
APORTES DE RECURSOS PARA O REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DO SERVIDOR								APORTES REALIZADOS	
TOTAL DOS APORTES PARA O RPPS									0,00
Plano Financeiro									0,00
Recursos para Cobertura de Inadimplências Financeiras									
Recursos para Formação de Reserva									
Outros Aportes para o RPPS									
Plano Previdenciário									0,00
Recursos para Cobertura de Déficit Financeiro									
Recursos para Cobertura de Déficit Atuarial									
Outros Aportes para o RPPS									
RESERVA ORÇAMENTÁRIA DO RPPS									PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA
Valor									0,00

COMANH 1.0-2015

MUNICÍPIO DE PIRASSUNUNGA									
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA									
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES									
ORÇAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL									
Período de Referência: JANEIRO a ABRIL 2015 / BIMESTRE: MARÇO-ABRIL									
Em Reais									
BENS E DIREITOS DO RPPS	PERÍODO DE REFERÊNCIA								
	2015		2014						
Caixa									
Banco Conta Movimento									
Investimentos									
Outros Bens e Direitos									
RECEITAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS - RPPS									
RECEITAS CORRENTES (VIII)									
RECEITAS DE CAPITAL (IX)									
TOTAL DAS RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS (X)=(VIII+IX)									
DESPESA INTRA-ORÇAMENTÁRIAS - RPPS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS		
			Ate o Bimestre/ 2015	Ate o Bimestre/ 2014	Ate o Bimestre/ 2015	Ate o Bimestre/ 2014	Em 2015	Em 2014	
ADMINISTRAÇÃO (XI)									
TOTAL DAS DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS (XII)=(XI)									

COMANH 1.0-2015

FONTE:COM-SIFPM - Sistema Integrado de Finanças Públicas Municipais, Unidade responsável- CONTABILIDADE
 Data de emissão 19/MAI/2015 e hora de emissão 13:03

Nota:
 Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. O controle no último bimestre, foi direcionado para a coluna "Despesas Empenhadas", cujo valor deverá ser igual a soma dos valores das colunas "Despesas Liquidadas" e "Inscritas em Restos a Pagar Não Processados". Dessa forma, para maior transparência, as despesas para fins de controle, estão segregadas em:
 a) Despesas liquidadas (executadas) são aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do Artigo 63 da Lei 4.320/64;
 b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do artigo 35, inciso II da Lei 4.320/64.



MUNICÍPIO DE PIRASSUNUNGA		CONAM	
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DEMONSTRATIVO DO RESULTADO PRIMÁRIO - ESTADOS, DISTRITO FEDERAL E MUNICÍPIOS ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL			
Período de Referência: JANEIRO a ABRIL 2015 / BIMESTRE: MARÇO-ABRIL			
RREO - ANEXO 6 (LRF, art. 53, inciso III)		Em reais	
RECEITAS PRIMÁRIAS	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	
		Até o Bimestre/2015	Até o Bimestre/2014
RECEITAS PRIMÁRIAS CORRENTES (I)	204.215.512,51	66.737.061,34	64.424.756,32
RECEITAS TRIBUTÁRIAS	46.284.746,31	14.035.625,99	13.366.936,76
IPTU	14.690.000,00	5.892.300,33	5.422.805,69
ISS	21.342.046,31	5.162.444,40	4.579.862,68
ITSI	2.718.000,00	709.487,59	644.932,77
IRRF	2.372.377,00	753.635,66	652.697,41
Outras Receitas Tributárias	5.172.323,00	1.517.759,01	2.066.695,21
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	0,00	0,00	0,00
Receitas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Contribuições	0,00	0,00	0,00
RECEITA PATRIMONIAL LÍQUIDA	485.147,98	153.075,37	144.357,42
Receita Patrimonial	5.074.964,18	1.185.289,44	1.362.980,13
(-) Aplicações Financeiras	4.589.816,20	1.032.214,07	1.218.622,71
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	129.658.495,38	45.067.654,60	43.022.116,67
Cota-Parte do FPM	24.208.000,00	8.336.057,54	7.899.848,36
Cota-Parte do ICMS	41.968.000,00	13.565.399,70	12.864.401,13
Cota-Parte do IPVA	14.321.800,00	7.322.675,93	6.845.071,82
Convênios	2.842.990,02	621.788,42	633.196,87
Outras Transferências Correntes	46.317.905,36	15.221.733,01	14.779.598,69
REMAIS RECEITAS CORRENTES	27.777.122,84	7.480.702,38	7.891.287,47
Dívida Ativa	2.307.254,19	1.074.883,39	1.014.772,44
Diversas Receitas Correntes	25.469.868,65	6.405.818,99	6.876.515,03
RECEITAS DE CAPITAL (II)	17.275.048,00	2.873.899,02	760.292,47
Operações de Crédito (III)	0,00	0,00	0,00
Amortização de Empréstimos (IV)	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens (V)	9.200,00	3.485,68	2.782,00
Transferências de Capital	17.265.848,00	2.865.413,34	757.510,47
Convênios	14.617.485,00	2.865.413,34	211.918,24
Outras Transferências de Capital	2.648.363,00	0,00	545.592,23
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00
RECEITAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (VI)=(II-III-IV-V)	17.265.848,00	2.865.413,34	757.510,47
RECEITA PRIMÁRIA TOTAL (VII)=(I + VI)	221.481.360,51	69.602.474,68	65.182.266,79

CONAM 1.0-2015
 Continua (1/2)



MUNICIPIO DE PIRASSUNUNGA						CONAM	
						Continuacao	
RELATORIO RESUMIDO DA EXECUCAO ORCAMENTARIA							
DEMONSTRATIVO DO RESULTADO PRIMARIO - ESTADOS, DISTRITO FEDERAL E MUNICIPIOS							
ORCAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL							
Periodo de Referencia: JANEIRO a ABRIL 2015 / BIMESTRE: MARCO-ABRIL							
RREO - ANEXO 6 (LRF, art. 53, inciso III)							
Em reais							
DESPESAS PRIMARIAS	DOTACAO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NAO PROCESSADOS	
		Até o Bimestre 2015	Até o Bimestre 2014	Até o Bimestre 2015	Até o Bimestre 2014	Em 2015	Em 2014
DESPESAS CORRENTES (VIII)	202.234.294,08	158.818.300,80	142.981.657,03	55.467.061,22	52.291.129,01		
Pessoal e Encargos Sociais	107.159.572,00	90.890.517,09	79.119.847,43	32.803.570,71	28.831.810,29		
Juros e Encargos da Dívida (IX)	146.000,00	53.162,93	67.319,15	34.005,06	46.373,92		
Outras Despesas Correntes	94.928.622,08	67.874.620,78	63.794.490,45	22.629.485,45	23.412.944,80		
DESPESAS PRIMARIAS CORRENTES (X)=(VIII-IX)	202.088.294,08	158.765.137,87	142.914.337,88	55.433.056,16	52.244.755,09		
DESPESAS DE CAPITAL (XI)	27.982.826,91	7.081.255,14	7.277.555,17	1.527.842,11	1.879.598,44		
Investimentos	26.823.826,91	6.243.980,94	6.450.361,57	1.160.788,37	1.519.843,22		
Inversões Financeiras	9.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
Concessão de Empréstimos (XII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
Aquisição de Título de Capital (XIII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
Demais Inversões Financeiras	9.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
Amortização da Dívida (XIV)	1.159.000,00	837.274,20	827.223,60	367.053,74	359.755,22		
DESPESAS PRIMARIAS CAPITAL (XV)=(XI-XII-XIII-XIV)	26.823.826,91	6.243.980,94	6.450.361,57	1.160.788,37	1.519.843,22		
RESERVA DE CONTINGENCIA (XVI)	5.500,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
RESERVA DO RPPS (XVII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
DESPESA PRIMARIA TOTAL (XVIII)=(X+XV+XVI+XVII)	228.926.620,99	165.009.118,81	149.364.699,45	56.993.844,53	53.764.598,31		
RESULTADO PRIMARIO (MIX)=(VII - XVIII)		-7.445.260,48	-95.406.643,83	-84.182.432,66	13.008.630,15	11.417.668,48	
SALDOS DE EXERCICIOS ANTERIORES		10.087.386,36		0,00			

DISCRIMINACAO DA META FISCAL	VALOR
META DE RESULTADO PRIMARIO FIXADA NO ANEXO DE METAS FISCAIS DA LDO P/ O EXERCICIO DE REFERENCIA	0,00

CONAM 1.0-2015
(2/2)

FONTE:CN-SIFFM - Sistema Integrado de Finanças Públicas Municipais, Unidade responsável- CONTABILIDADE

Data de emissão 19/MAI/2015 e hora de emissão 13:03

MUNICIPIO DE PIRASSUNUNGA						CONAM	
						Continuacao	
RELATORIO RESUMIDO DA EXECUCAO ORCAMENTARIA							
DEMONSTRATIVO DO RESULTADO PRIMARIO - ESTADOS, DISTRITO FEDERAL E MUNICIPIOS							
ORCAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL							
Periodo de Referencia: JANEIRO a ABRIL 2015 / BIMESTRE: MARCO-ABRIL							
RREO - ANEXO 6 (LRF, art. 53, inciso III)							
Em reais							

Notas:

Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. O controle no último bimestre, foi direcionado para a coluna "Despesas Empenhadas", cujo valor deverá ser igual a soma dos valores das colunas "Despesas Liquidadas" e "Inscritas em Restos a Pagar Não Processados". Dessa forma, para maior transparência, as despesas para fins de controle, estão segregadas em:

- Despesas liquidadas(executadas) são aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do artigo 53 da Lei 4.320/64;
- Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do artigo 35, inciso II da Lei 4.320/64.

Notas complementares:

Dos valores das Receitas de Transferências Correntes, foram deduzidos a parcela destinada a formação do FUNDEB.



MUNICÍPIO DE PIRASSUNUNGA			
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DEMONSTRATIVO DO RESULTADO NOMINAL ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL			
Período de Referência: JANEIRO a ABRIL 2015 / SEMESTRE: MARÇO-ABRIL			
RR00 - Anexo 5 (LRF, art. 53, inciso III)			
R\$ 1,00			
DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA	SALDO		
	Em 31 Dezembro 2014 (a)	Em JAN-FEV/2015 (b)	Em MAR-ABR/2015 (c)
Divida Consolidada (I)	11.178.328,01	10.688.346,88	9.459.551,94
Deduções (II)	21.967.769,72	28.377.651,19	30.120.142,62
Disponibilidade de Caixa Bruta	24.993.002,36	28.412.966,51	30.123.221,82
Demais Recursos Financeiros	447.085,02	434.198,10	441.588,89
(-) Restos a Pagar Processados (Exercício Precedente)	3.472.318,66	469.513,42	444.067,89
Divida Consolidada Líquida (III) = (I - II)	-10.789.440,71	-17.689.304,31	-20.660.590,68
Passivos Reconhecidos (IV)	7.564.535,53	7.159.702,94	5.465.539,00
Divida Fiscal Líquida (VI) = (III + IV - V)	-18.353.976,24	-24.849.007,35	-26.126.129,68
RESULTADO NOMINAL	PERÍODO DE REFERÊNCIA		
	No Bimestre (c - b)	Até o Bimestre (c - a)	
Valor	-1.277.122,23	-7.772.153,44	
DISCRIMINAÇÃO DA META FISCAL			VALOR CORRENTE
META DE RESULTADO NOMINAL FIXADA NO ANEXO DE METAS FISCAIS DA LDO P/ O EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA			0,00
FONTE: CN-SIPPM - Sistema Integrado de Finanças Públicas Municipais, Unidade responsável- CONTABILIDADE			
Data da emissão: 19/MAR/2015 à hora de emissão: 13:03			
NOTAS:			
1. Os valores registrados no quadro de Dívida Fiscal Líquida não devem incluir os valores que não compõem o cálculo da Dívida Fiscal Líquida Previdenciária, os quais deverão ser registrados no quadro próprio desse demonstrativo.			
2. Os Passivos Reconhecidos correspondem às dívidas juridicamente devidas, de valor certo, reconhecidas pelo governo e representativas de déficits passados que não mais ocorrem no presente, tais como: parcelamentos de dívidas junto ao INSS, FDS, SPS, fornecedores, empreiteiras, sentenças judiciais (principalmente as trabalhistas) posteriores a 05/05/2000 e dívidas com companhias privadas, estaduais e federais de energia, água e saneamento.			
CONTA 1.0-2015			
Continua			

MUNICÍPIO DE PIRASSUNUNGA			
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DEMONSTRATIVO DO RESULTADO NOMINAL ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL			
Período de Referência: JANEIRO a ABRIL 2015 / SEMESTRE: MARÇO-ABRIL			
RR00 - Anexo 5 (LRF, art. 53, inciso III)			
R\$ 1,00			



MUNICÍPIO DE PIRASSUNUNGA				
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA				
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO E DESPESAS DE CAPITAL				
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL				
Período de Referência: JANEIRO a ABRIL 2015 / BIMESTRE: MARÇO-ABRIL				
RREO - ANEXO 9 (LRF, art. 53, par. 1º, inciso I)				
				RS 1,00
RECEITAS	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS Até o Bimestre (b)	SAÍDO NÃO REALIZADO (c)=(a - b)	
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO (I)			0,00	
DESPESAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EXECUTADAS Até o Bimestre		SAÍDO NÃO EXECUTADO
		LIQUIDADAS (e)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESS. (f)	(g)=(d)-(e-f)
DESPESAS DE CAPITAL	27.982.826,91	1.527.842,11		26.454.984,80
(-) Incentivos Fiscais a Contribuinte	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) Incentivos Fiscais a Contribuinte por Instituições Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESA DE CAPITAL LIQUIDA (II)	27.982.826,91	1.527.842,11	0,00	26.454.984,80
	(a-d)	(b)-(e-f)	(c-g)	
RESULTADO PARA APLICAÇÃO DA REGRA DE OURO (III) = (I - II)	-27.982.826,91	-1.527.842,11	-26.454.984,80	

FONTE:DN-SIFPM - Sistema Integrado de Finanças Públicas Municipais, Unidade responsável- CONTABILIDADE

Data de emissão 19/MAI/2015 e hora de emissão 13:04

NOTAS:

Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em Restos a Pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão agrupadas em:
a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do artigo 63 da Lei 4.320/64;
b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do artigo 35, inciso II da Lei 4.320/64.

MUNICÍPIO DE PIRASSUNUNGA				
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA				
DEMONSTRATIVO DA RECEITA DE ALIENAÇÃO DE ATIVOS E APLICAÇÃO DOS RECURSOS				
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL				
Período de Referência: JANEIRO a ABRIL 2015 / BIMESTRE: MARÇO-ABRIL				
RREO - ANEXO 11 (LRF, art. 53, par. 1º, inciso III)				
				RS 1,00
RECEITAS	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS (b)	SAÍDO A REALIZAR (c)=(a - b)	
RECEITAS DE CAPITAL - ALIENAÇÃO DE ATIVOS (I)	9.515,15	8.800,83	714,32	
Alienação de Bens Móveis	415,15	315,15	100,00	
Alienação de Bens Imóveis	9.100,00	8.485,68	614,32	
DESPESAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EXECUTADAS Até o Bimestre		SAÍDO A EXECUTAR
		LIQUIDADAS (e)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (f)	(g)=(d)-(e-f)
APLICAÇÃO DOS RECURSOS DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS(II)	0,00			
DESPESAS DE CAPITAL	0,00			
Investimentos	0,00			
Investimentos Financeiros	0,00			
Amortização da Dívida	0,00			
DESPESAS CORRENTES DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA	0,00			
Regime Próprio de Previdência dos Servidores	0,00			
	Saldo 2014 (h)	Saldo 2015 (i)=(e)-(f)		Saldo Atual (j)=(iii - iii)
VALOR (III)	202.614,70	8.800,83		211.415,87

FONTE:DN-SIFPM - Sistema Integrado de Finanças Públicas Municipais, Unidade responsável- CONTABILIDADE

Data de emissão 19/MAI/2015 e hora de emissão 13:04

NOTAS:

Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em Restos a Pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão agrupadas em:
a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do artigo 63 da Lei 4.320/64;
b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do artigo 35, inciso II da Lei 4.320/64.



MUNICÍPIO DE PIRASSUNUNGA					
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA					
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE					
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL					
Período de Referência: JANEIRO a ABRIL 2015					
R\$ 1,00					
RECEITAS PARA AFORAÇÃO DA APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE	Previsão Inicial	Previsão Atualizada (a)	RECEITAS REALIZADAS		
			Até o Bimestre (b)	% (b/a) x 100	% (b/a) x 100
RECEITAS DE IMPOSTOS LÍQUIDOS (I)	37.328.877,00	43.389.092,22	13.229.802,79		30,49
Imposto Predial e Territorial Urbano - IPTU	14.690.000,00	14.690.000,00	5.892.300,33		40,11
Imposto sobre Transmissão de Bens Imóveis - ITC	2.718.000,00	2.718.000,00	759.487,59		28,00
Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	18.800.000,00	21.981.092,22	5.162.664,40		27,48
Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	2.312.877,00	2.312.877,00	783.035,66		33,78
Imposto Territorial Rural - ITR	0,00	0,00	0,00		0,00
Multas, Juros de Mora e Outros Encargos dos Impostos	122.000,00	122.000,00	30.843,74		25,28
Dívida Ativa de Impostos	1.616.300,00	1.633.488,91	873.667,07		53,48
Multas, Juros de Mora e Outros Encargos da Dívida Ativa	487.000,00	487.000,00	106.000,30		21,76
RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS (II)	101.287.500,00	101.287.500,00	36.759.499,63		36,29
Cota-Parte FPM	30.280.000,00	30.280.000,00	10.420.071,79		34,43
1% do FPM - EC 58/2007	0,00	0,00	0,00		0,00
Cota-Parte ITR	6.500,00	6.500,00	1.571,79		24,18
Cota-Parte IPVA	17.900.000,00	17.900.000,00	9.193.949,99		51,33
Cota-Parte ICMS	52.480.000,00	52.480.000,00	16.256.749,53		31,01
Cota-Parte IPI-Importação	428.000,00	428.000,00	162.908,33		38,07
Compensação Financeira Proveniente de Impostos e Transf. Constitucionais	0,00	0,00	0,00		0,00
Desoneração ICMS (LC 87/96)	234.000,00	234.000,00	84.852,80		36,28
Outras	0,00	0,00	0,00		0,00
TOTAL DAS RECEITAS PARA AFORAÇÃO DA APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (III) I + II	138.616.377,00	144.676.592,22	49.989.302,42		35,99

MUNICÍPIO DE PIRASSUNUNGA							
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA							
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE							
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL							
Período de Referência: JANEIRO a ABRIL 2015							
R\$ 1,00							
DESPESAS COM SAÚDE	Orçamento Inicial	Orçamento Atualizado	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		Inscritas em Restos a Pagar não Processados
			Até o Bimestre (b)	% (b/a) x 100	Até o Bimestre (c)	% (c/a) x 100	
DESPESAS CORRENTES	17.885.500,00	17.871.820,00	17.084.407,42	95,54	9.784.842,90	32,38	
Funções e Encargos Sociais	12.189.000,00	12.146.800,00	11.851.885,81		4.051.885,81	33,38	
Juros e Encargos de Dívidas	89.600,00	89.600,00	89.600,00		73.569,48	82,09	
Outras Despesas Correntes	5.606.900,00	5.635.420,00	5.142.921,61		5.651,61	0,10	
DESPESAS DE CAPITAL	7.133.705,00	7.480.825,00	2.226.881,87	31,19	798.517,59	11,10	
Investimentos	1.000,00	1.000,00	0,00		0,00	0,00	
Amortização da Dívida	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00	
TOTAL DAS DESPESAS COM SAÚDE (IV)	25.019.205,00	25.352.645,00	19.311.289,29	76,18	10.583.360,49	41,75	

DESPESAS COM SAÚDE NÃO COMPUTADAS PARA FINS DE AFORAÇÃO DO PERCENTUAL MÍNIMO	Orçamento Inicial	Orçamento Atualizado	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		Inscritas em Restos a Pagar não Processados
			Até o Bimestre (b)	% (b/IV)(a)100	Até o Bimestre (c)	% (c/IV)(a)100	
DESPESAS COM OBRIGADOS E PRECATORIOS	*	*	0,00	0,00	0,00	0,00	
DESPESAS COM ASSISTÊNCIA A SAÚDE QUE NÃO ATENEM AO PRINCÍPIO DE ACESSO UNIVERSAL	*	*	0,00	0,00	0,00	0,00	
DESPESAS CUSTADAS COM OUTROS RECURSOS	*	*	0,00	0,00	0,00	0,00	
Recursos de Transf. do Sistema Único de Saúde - SUS	*	*	12.594.569,51	27,98	4.333.121,39	28,99	
Recursos de Operações de Crédito	*	*	0,00	0,00	0,00	0,00	
Outros Recursos	*	*	0,00	0,00	0,00	0,00	
OUTRAS AÇÕES E SERVIÇOS NÃO COMPUTADOS	*	*	0,00	0,00	0,00	0,00	
RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS INSCRITOS INDEVIDAMENTE NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA	*	*	0,00	0,00	0,00	0,00	
DESPESAS CUSTADAS COM DISPONIBILIDADE DE CADA VINCULADA AOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS	*	*	0,00	0,00	0,00	0,00	
DESPESAS CUSTADAS COM RECURSOS VINCULADOS A PARCELAS DO PERCENTUAL MÍNIMO QUE NÃO FOM APLICADAS EM AÇÕES E SERVIÇOS DE SAÚDE EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	*	*	0,00	0,00	0,00	0,00	
TOTAL DAS DESPESAS COM SAÚDE NÃO COMPUTADAS (V)	*	*	12.594.569,51	27,98	4.333.121,39	28,99	
TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (VI) = (IV) + (V)	25.019.205,00	25.352.645,00	31.905.858,80	76,03	14.916.481,88	41,00	0,00
PERCENTUAL DE APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE SOBRE A RECEITA DE IMPOSTOS LÍQUIDOS E TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS (VII) = (VI)/(III) x 100							21,22
LIMITE CONSTITUCIONAL 18,00 %							
VALOR REFERENTE A DIFERENÇA ENTRE O VALOR EXECUTADO E O LIMITE MÍNIMO CONSTITUCIONAL (VII - (18 X IIIb)/100)							3.109.339,34



CONAM 2.0-2015

CON-SIPFM MUNICÍPIO DE PIRASSUNUNGA

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
 DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE
 ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

Período de Referência: JANEIRO a ABRIL 2015

R\$ 1,00

EXECUÇÃO DE RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE DE CAIXA	Inscritos	Cancelados/ Prescritos	Pagos	A Pagar	Parcela considerada no limite
Inscritos em 2014	749.018,91	1.483,00	552.925,35	194.810,56	0,00
Inscritos em 2015	0,00	22.137,98	0,00	-22.137,98	0,00
Total	749.018,91	23.620,98	552.925,35	172.672,58	0,00

CONTROLE DOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS PARA FINS DE APLICAÇÃO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA CONFORME ARTIGO 24, PARÁGRAFOS 1º, 2º E 3º.		
Saldo Inicial	Despesas canceladas no exerc. de referência (j)	Saldo Final(No Aplicado)

CONTROLE DO VALOR REFERENTE AO PORCENTUAL MÍNIMO NÃO CUMPRIDO EM EXERCÍCIOS ANTERIORES PARA FINS DE APLICAÇÃO DOS RECURSOS VINCULADOS CONFORME ARTIGOS 25 E 26		
Saldo Inicial	Despesas canceladas no exerc. de referência (k)	Saldo Final(No Aplicado)

DESPESAS COM SAÚDE (por Subfunção)	Dotação Inicial	Dotação Atualizada	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		Inscritas em Restos a Pagar não Processados
			Até o Bimestre (l)	% (l/total l) x 100	Até o Bimestre (m)	% (m/total m) x 100	
Atenção Básica	44.105.806,00	47.089.811,98	37.210.181,73	0,00	12.759.316,22	0,00	0,00
Assistência Hospitalar e Ambulatorial	8.488.000,00	8.488.000,00	7.428.267,71	0,00	1.987.850,97	0,00	0,00
Suporte Profilático e Terapêutico	1.500.000,00	1.180.000,00	150.339,07	0,00	86.770,87	0,00	0,00
Vigilância Sanitária	289.000,00	347.000,00	200.535,00	0,00	81.526,07	0,00	0,00
Vigilância Epidemiológica	110.900,00	254.332,98	42.164,74	0,00	27.254,98	0,00	0,00
Alimentação e Nutrição	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Subfunções	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL	54.433.706,00	57.298.744,93	45.039.468,25	100,00	14.842.718,11	100,00	0,00

FONTE:CON-SIPFM - Sistema Integrado de Finanças Públicas Municipais, Unidade responsável- CONTABILIDADE

CONAM 2.0-2015

Data de emissão 19/MAR/2015 e hora de emissão 13:04

NOTAS :

[*] Valores não informados considerando que na Lei Orçamentária, a discriminação de despesa, quanto a sua natureza, foi elaborada por categoria econômica, grupo de natureza de despesa e modalidade de aplicação, no termo do artigo 6º da Portaria Interministerial SIV/SOP No. 163/2001 e alterações posteriores.

CONAM 2.0-2015

CON-SIPFM MUNICÍPIO DE PIRASSUNUNGA

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
 DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE
 ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

Período de Referência: JANEIRO a ABRIL 2015

R\$ 1,00

LRP, art. 48 - Anexo 7

DESPESA COM PESSOAL	VALOR	% SOBRE A RCL
Despesa Total com Pessoal - DDP	0,00	0,00
Limite Máximo (Inciso I, II e III, art. 30 da LRF) - < % >	0,00	54,00
Limite Prudencial (VCS unido, art. 22 da LRF) - < % >	0,00	51,30

DÍVIDA CONSOLIDADA	VALOR	% SOBRE A RCL
Dívida Consolidada Líquida	0,00	0,00
Dívida Consolidada Líquida Previdenciária	0,00	0,00
Limite Definido por Resolução do Senado Federal	0,00	120,00

GARANTIAS DE VALORES	VALOR	% SOBRE A RCL
Total das Garantias de Valores	0,00	0,00
Limite Definido por Resolução do Senado Federal	0,00	22,00

OPERAÇÕES DE CRÉDITO	VALOR	% SOBRE A RCL
Operações de Crédito Externas e Internas	0,00	0,00
Operações de Crédito por Antecipação da Receita	0,00	0,00
Limite Definido p/ Senado Federal para Op. de Crédito Externas e Internas	0,00	16,00
Limite Definido p/ Senado Federal para Op. de Crédito por Antec. da Receita	0,00	7,00

FONTE:CON-SIPFM - Sistema Integrado de Finanças Públicas Municipais, Unidade responsável- CONTABILIDADE

Data de emissão 19/MAR/2015 e hora de emissão 13:04

CONAM 2.0-2015



MUNICÍPIO DE PIRASSUNUNGA - PODER EXECUTIVO		CONAM
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL Período de Referência: JANEIRO a ABRIL/2015 - 1o. QUADRIMESTRE		
RDP - ANEXO 1 (LRF, art. 35, inciso I, alínea "a")		R\$ 1,00
DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS EXECUCIONADAS (Últimas 12 Mesas)	
	LIQUIDADAS (a)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESS. (b)
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)		
Pessoal Ativo	108.812.979,61	116.220,95
Pessoal Inativo e Pensionistas	103.256.153,36	116.220,95
Outras Despesas de Pessoal decorrentes de Contratos de Terceirização (par.1o. do art.18 da LRF)	2.256.826,25	
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (parágrafo 1o. do art. 19, da LRF) (II)	7.317.248,28	
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	7.541,35	
Decorrentes de Decisão Judicial de período anterior ao da apuração	7.309.706,93	
Despesas de Exercícios Anteriores de período anterior ao da apuração		
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados		
DESPESA LIQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)	99.195.731,33	116.220,95
APURACAO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL	VALOR	% SOBRE A RCL
RECEITA CORRENTE LIQUIDA - RCL (IV)	183.797.615,94	---
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DCP (V)=(IIIa + IIIb)	99.321.980,28	53,49
LIMITE MÁXIMO (VI) (Incisos I, II e III, art. 20 da LRF)	99.250.712,60	54,00
LIMITE PRORROGADO (VII) = (0,95 x VI) (parágrafo único, art.22 da LRF)	94.288.176,97	51,30
LIMITE DE ALERTA (VIII)=(0,90 x VI) (inciso II do parágrafo 1o. do artigo 59 da LRF)	89.325.641,34	48,60
CONAM 1.0-2015		
FORMA:ON-SIPP - Sistema Integrado de Finanças Públicas Municipais, Unidade responsável- CONTABILIDADE		
Data de emissão 19/MAR/2015 à hora de emissão 13:05		
Nota 1: Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em Restos a Pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:		
a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art.63 da Lei 4.320/64;		
b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício do exercício, por força do inciso II do artigo 35 da Lei 4.320/64.		
Nota 2: A partir de Janeiro/2013, por definição do TCE/SP, a linha "Pessoal Ativo" voltou a considerar as Despesas com PASSP;		
Nota 3: A partir de Janeiro/2013, a linha "Inativos e Pensionistas e/ Rec. Vinculados" está composta por todas as despesas classificadas nas Classificações Econômicas de Despesa (CND) 3.1.90.31.NX, 3.1.90.33.NX e 3.1.90.35.NX, liquidadas pela Entidade Gestora de Previdência do Município, deduzidas de repasses recebidos pela mesma entidade gestora a título de: Repasse para cobertura de insuficiência financeira (Plano Financeiro) e Repasse para cobertura de déficit financeiro (Plano Previdenciário).		



MUNICÍPIO DE PIRASSUNUNGA								CONAM
Poder Executivo, Administração Indireta e Fundacional								
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL								
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL								
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL								
Período de Referência: MAIO/2014 a ABRIL/2015								
R\$ 1,00								
DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS (ÚLTIMOS 12 MESES)							
	LIQUIDADAS							
	MAIO/2014	JUNHO/2014	JULHO/2014	AGOSTO/2014	SETEMBRO/2014	OUTUBRO/2014	NOVEMBRO/2014	
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	10.510.186,56	8.246.719,51	8.416.405,42	7.869.464,86	7.722.949,27	7.863.430,12	11.263.979,95	
Pessoal Ativo	10.340.260,41	8.076.021,92	8.241.067,47	7.691.673,24	7.532.932,55	7.680.503,17	10.996.708,70	
Pessoal Inativo e Pensionistas	169.926,15	170.697,59	175.337,95	177.791,62	190.016,72	182.926,95	267.271,25	
Outras despesas de pessoal decorrentes de contratos de terceirização (par.1 do art.18 da LRF)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (par.1 do art.19 da LRF) (II)	2.843.186,86	831.860,30	610.962,41	63.534,08	207.113,75	111.545,00	57.025,51	
Indenizações por Demissão e Incentivos e Demissão Voluntária	7.541,35	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Decorrentes de Decisão Judicial	2.837.645,51	831.860,30	610.962,41	63.534,08	207.113,75	111.545,00	57.025,51	
Despesas de Exercícios Anteriores	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
DESPESA LIQUIDA COM PESSOAL (III)=(I-II)	7.664.979,70	7.414.859,01	7.805.443,01	7.805.930,78	7.515.835,52	7.751.885,12	11.206.954,44	

DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS (ÚLTIMOS 12 MESES)							TOTAL (ÚLTIMOS 12 MESES)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (A)
	LIQUIDADAS								
	DEZEMBRO/2014	JANEIRO/2015	FEBREIRO/2015	MARÇO/2015	ABRIL/2015				
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	10.727.520,65	7.212.758,09	8.359.073,08	8.596.644,91	8.723.867,19	105.512.979,61	126.220,95		
Pessoal Ativo	10.523.642,18	7.049.023,90	8.180.922,40	8.384.798,36	8.358.599,06	103.256.153,36	126.220,95		
Pessoal Inativo e Pensionistas	203.878,47	163.734,19	178.150,68	211.846,55	165.268,13	2.256.826,25	0,00		
Outras despesas de pessoal decorrentes de contratos de terceirização (par.1 do art.18 da LRF)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (par.1 do art.19 da LRF) (II)	131.823,79	147.042,30	566.754,88	746.645,07	997.754,13	7.317.248,28	0,00		
Indenizações por Demissão e Incentivos e Demissão Voluntária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	7.541,35	0,00		
Decorrentes de Decisão Judicial	131.823,79	147.042,30	566.754,88	746.645,07	997.754,13	7.309.706,93	0,00		
Despesas de Exercícios Anteriores	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
DESPESA LIQUIDA COM PESSOAL (III)=(I-II)	10.595.696,86	7.065.715,79	7.792.318,20	7.849.999,84	7.726.113,06	98.195.731,33	126.220,95		
AFERAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL								VALOR	% SOBRE A RCL
RECEITA CORRENTE LIQUIDA - RCL (IV)								183.797.615,94	---
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (V)=(IIIa + IIIb)								98.321.952,28	53,49
LIMITE MÁXIMO (VI) (incisos I, II e III, art. 20 da LRF)								99.250.712,60	54,00
LIMITE PRUDENCIAL (VII) =(0,95 x VI) (parágrafo único, art.22 da LRF)								94.288.176,97	51,30
LIMITE DE ALEZIA (VIII)=(0,90 x VI) (inciso II do parágrafo 1o. do artigo 59 da LRF)								89.325.641,34	48,60

CONAM 1.0-2015

MUNICÍPIO DE PIRASSUNUNGA								CONAM
Poder Executivo, Administração Indireta e Fundacional								
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL								
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL								
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL								
Período de Referência: MAIO/2014 a ABRIL/2015								
R\$ 1,00								
FONTE:CH-SIFPM - Sistema Integrado de Finanças Públicas Municipais, Unidade responsável- CONTABILIDADE								
Data de emissão 19/MAI/2015 e hora de emissão 13:05								
Nota 1 : Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em Restos a Pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:								
a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;								
b) Despesas apenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do art.35, inciso II da Lei 4.320/64.								

CONAM 1.0-2015



MUNICÍPIO DE PIRASSUNUNGA					
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL					
DEMONSTRATIVO DAS GARANTIAS E CONTRAGARANTIAS DE VALORES					
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL					
Período de Referência: JANEIRO a ABRIL/2015 - 1o. QUADRIMESTRE					
RGP - ANEXO 3 (LRF, art. 35, inciso I, alínea "c" e art. 40, par. 1o)				RS 1,00	
GARANTIAS CONCEDIDAS		SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDOS DO EXERCÍCIO DE 2015		
			Até o 1o. Quadrimestre	Até o 2o. Quadrimestre	
			Até o 3o. Quadrimestre	Até o 4o. Quadrimestre	
EXTERNAS (I)					
Aval ou fiança em operações de crédito					
Outras garantias nos Termos da LRF (I)					
INTERNAS (II)					
Aval ou fiança em operações de crédito					
Outras garantias nos Termos da LRF (I)					
TOTAL GARANTIAS CONCEDIDAS (III) = (I + II)		0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)		181.671.722,56	183.797.615,94		
% DO TOTAL DAS GARANTIAS SOBRE A RCL		0,00	0,00		
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL 22,00 %		39.967.778,98	40.435.475,50		
LIMITE DE ALERTA (inciso III do par.1o. do art.59 da LRF) 10,00 %		18.167.172,26	18.379.761,59		
CONTRAGARANTIAS REQUERIDAS		SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDOS DO EXERCÍCIO DE 2015		
			Até o 1o. Quadrimestre	Até o 2o. Quadrimestre	
			Até o 3o. Quadrimestre	Até o 4o. Quadrimestre	
EXTERNAS (V)					
Aval ou fiança em operações de crédito					
Outras garantias nos Termos da LRF (I)					
INTERNAS (VI)					
Aval ou fiança em operações de crédito					
Outras garantias nos Termos da LRF (I)					
TOTAL CONTRAGARANTIAS REQUERIDAS (VII) = (V + VI)		0,00	0,00	0,00	0,00
MEDIDAS CORRETIVAS :					
FONTE: CN-SIPPM - Sistema Integrado de Finanças Públicas Municipais, Unidade responsável- CONTABILIDADE				CONAM 1.0-2015	
Data de emissão 19/MAI/2015 e hora de emissão 13:05					
Nota:					
(1) Inclui garantias concedidas por meio de Fundos.					

MUNICÍPIO DE PIRASSUNUNGA					
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL					
DEMONSTRATIVO DAS GARANTIAS E CONTRAGARANTIAS DE VALORES					
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL					
Período de Referência: JANEIRO a ABRIL/2015 - 1o. QUADRIMESTRE					
RGP - ANEXO 3 (LRF, art. 35, inciso I, alínea "c" e art. 40, par. 1o)				RS 1,00	



GARANTIAS CONCEDIDAS		SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDOS DO EXERCÍCIO DE 2015		
			Até o 1o. Quadrimestre	Até o 2o. Quadrimestre	Até o 3o. Quadrimestre
EXTERNAS (I)					
Atual ou fiança em operações de crédito					
Outras garantias nos Termos da LRF (I)					
INTERNAS (II)					
Atual ou fiança em operações de crédito					
Outras garantias nos Termos da LRF (I)					
TOTAL GARANTIAS CONCEDIDAS (III) = (I + II)		0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)		181.671.722,56	183.797.615,94		
% DO TOTAL DAS GARANTIAS SOBRE A RCL		0,00	0,00		
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL 22,00 %		39.967.778,96	40.435.475,50		
LIMITE DE ALERTA (Incluído III do par.1o. do art.59 da LRF) 10,00 %		35.971.001,00	36.391.927,95		
CONTRAGARANTIAS RECEBIDAS		SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDOS DO EXERCÍCIO DE 2015		
			Até o 1o. Quadrimestre	Até o 2o. Quadrimestre	Até o 3o. Quadrimestre
EXTERNAS (V)					
Atual ou fiança em operações de crédito					
Outras garantias nos Termos da LRF (I)					
INTERNAS (VI)					
Atual ou fiança em operações de crédito					
Outras garantias nos Termos da LRF (I)					
TOTAL CONTRAGARANTIAS RECEBIDAS (VII) = (V + VI)		0,00	0,00	0,00	0,00
MEDIDAS CORRETIVAS :					
FONTE: CN-SIPPM - Sistema Integrado de Finanças Públicas Municipais, Unidade responsável- CONTABILIDADE					
Data de emissão 19/MAI/2015 e hora de emissão 13:05					
Nota:					
(1) Inclui garantias concedidas por meio de Fundos.					

GARANTIAS CONCEDIDAS		SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDOS DO EXERCÍCIO DE 2015		
			Até o 1o. Quadrimestre	Até o 2o. Quadrimestre	Até o 3o. Quadrimestre
EXTERNAS (I)					
Atual ou fiança em operações de crédito					
Outras garantias nos Termos da LRF (I)					
INTERNAS (II)					
Atual ou fiança em operações de crédito					
Outras garantias nos Termos da LRF (I)					
TOTAL GARANTIAS CONCEDIDAS (III) = (I + II)		0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)		181.671.722,56	183.797.615,94		
% DO TOTAL DAS GARANTIAS SOBRE A RCL		0,00	0,00		
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL 22,00 %		39.967.778,96	40.435.475,50		
LIMITE DE ALERTA (Incluído III do par.1o. do art.59 da LRF) 10,00 %		35.971.001,00	36.391.927,95		
MEDIDAS CORRETIVAS :					
FONTE: CN-SIPPM - Sistema Integrado de Finanças Públicas Municipais, Unidade responsável- CONTABILIDADE					
Data de emissão 19/MAI/2015 e hora de emissão 13:05					
Nota:					
(1) Inclui garantias concedidas por meio de Fundos.					



MUNICÍPIO DE PIRASSUNUNGA		
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL		
DEMONSTRATIVO DAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO		
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL		
Período de Referência: JANEIRO a ABRIL/2015 - 1o. QUADRIMESTRE		
RSF - ANEXO 4 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "d" e inciso III alínea "e")	R\$ 1,00	
OPERADORES DE CRÉDITO	VALOR REALIZADO	
	No Quadrimestre de referência	Até o Quadrimestre de referência (A)
SUBJETAS AO LIMITE PARA FINS DE CONTRATACAO (I)	0,00	0,00
Mobiliária		
Interna		
Externa		
Contratual		
Interna		
Externa		
NÃO SUBJETAS AO LIMITE PARA FINS DE CONTRATACAO (II)	0,00	0,00
Recolhimento de Dívidas		
De Tributos		
De Contribuições Sociais		
Previdenciárias		
Demais Contribuições Sociais		
Do FGTS		
Melhoria da Adm. de Rec. e de Gestão Fiscal, Plano. e Patrim.		
Programa de Iluminação Pública - REIUS		
Outras Operações de Crédito não Subjetas ao Limite		
APURACAO DO CUMPRIMENTO DOS LIMITES	Valor	% Sobre o RCL
RECEITA CORRENTE LIQUIDA - RCL	183.797.615,94	-
OPERACOES VENCIDAS		
Do Período de Referência (III)		
De Períodos Anteriores ao de Referência		
TOTAL CONSIDERADO PARA FINS DA APURACAO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE (IV)=(Ia + III)	0,00	0,00
LIMITE GERAL DEFINIDO POR RESOLUCAO DO SENADO FEDERAL PARA AS OPERACOES DE CRÉDITO INTERNAS E EXTERNAS	29.407.618,55	16,00
LIMITE DE ALERTA (inciso III do par.1o do art.55 da LRF) (4,4%)	26.468.856,69	14,40
OPERACOES DE CRÉDITO POR ANTECIPACAO DA RECEITA ORÇAMENTARIA	0,00	0,00
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUCAO DO SENADO FEDERAL PARA AS OPERACOES DE CRÉDITO POR ANTECIPACAO DA RECEITA ORÇAMENTARIA	12.865.833,11	7,00
TOTAL CONSIDERADO PARA CONTRATACAO DE NOVAS OPERACOES DE CRÉDITO (V) = (IV + IVa)	0,00	0,00

Fonte: DN-SIFPM - Sistema Integrado de Finanças Públicas Municipais, Unidade responsável- CONTABILIDADE

Data de emissão: 19/MAI/2015 e hora de emissão: 13:06

CONAM 2.0-2015

MUNICÍPIO DE PIRASSUNUNGA		
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL		
DEMONSTRATIVO DAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO		
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL		
Período de Referência: JANEIRO a ABRIL/2015 - 1o. QUADRIMESTRE		
RSF - ANEXO 4 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "d" e inciso III alínea "e")	R\$ 1,00	
OPERADORES DE CRÉDITO	VALOR REALIZADO	
	No Quadrimestre de referência	Até o Quadrimestre de referência (A)

Notas:
 (1) Para fins de contratação de operações de crédito, verificadas pela SIV/COPEM segundo o Manual para Instrução de Pleitos, serão consideradas no cálculo do limite as operações que pressupõem ingresso financeiro.



MUNICÍPIO DE PIRASSUNUNGA												
Relatório Resumido de Execução Orçamentária Demosttrativo dos Reritos e Pagos por Poder e Orgao Orçamento Fiscal e da Seguridade Social												
PERÍODO DE REFERÊNCIA: JANEIRO a ABRIL 2015 / SEMESTRE: MARÇO-ABRIL												
FUNÇÃO / ORGÃO	Reritos e Pagos Processados e Nao Processados Liquidados em Exercícios Anteriores					Reritos e Pagos Nao Processados						
	Despesas		Pagos	Cancelados	Saldo (a)	Despesas		Liquidados	Pagos	Cancelados	Saldo (b)	Saldo Total (a+b)
	Em Exercícios Anteriores	Em 31 de Abril de 2014				Em Exercícios Anteriores	Em 31 de Abril de 2014					
LEGISLATIVO												
CAMARA MUNICIPAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	7.500,00	0,00	0,00	0,00	7.500,00	7.500,00
EXECUTIVO												
ADMINISTRACAO DIRETA												
PREFEITURA MUNICIPAL												
GABINETE DO PREFEITO	0,00	3.155,24	3.155,24	0,00	0,00	44,00	0,00	0,00	0,00	0,00	44,00	44,00
SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO	109,96	56.366,81	56.366,81	0,00	109,96	746,06	120,00	0,00	0,00	0,00	866,06	976,02
PROCURADORIA GERAL DO MUNICIPIO	0,00	9.581,98	9.581,98	0,00	0,00	0,00	2.580,53	1.778,05	1.778,05	0,00	808,48	808,48
SEC MUN PLANEJAMENTO, ORCAMEN E CONTR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	7,40	0,00	0,00	0,00	7,40	7,40
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRACAO	43.888,14	347.872,43	347.872,43	0,00	44.328,90	2.350.870,47	101.884,87	94.731,82	94.731,82	0,00	2.397.523,11	2.441.913,01
SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS	0,00	52.948,17	52.948,17	0,00	0,00	22.375,00	17.648,55	17.648,55	4.126,48	0,00	0,00	0,00
SEC MUN COMERCIO E IND E AGRICULTUR	0,00	16.782,11	16.782,11	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCACAO	28.190,64	1.284.946,70	1.284.946,70	0,00	28.190,64	82.985,11	1.048.275,45	801.175,36	880.992,44	15.336,79	224.931,33	253.121,97
SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA E RECREACAO	0,00	28.246,80	28.246,80	0,00	0,00	6.810,57	4.166,83	4.166,83	0,00	0,00	1.322,24	1.322,24
SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTES	12.262,66	26.602,69	26.602,69	0,00	12.262,66	0,00	7.327,50	3.000,00	2.550,00	0,00	4.777,50	17.102,16
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE	7.540,83	1.850.057,18	1.850.057,18	0,00	7.540,83	22.356,26	1.447.245,24	1.049.298,94	1.047.715,51	23.602,98	398.265,01	425.805,64
SECRETARIA MUN DE PROMOCAO SOCIAL	0,00	133.814,93	133.177,75	0,00	1.637,18	292,10	193.508,28	147.015,29	147.015,29	12.715,02	34.286,77	55.706,55
SECRETARIA MUN DA CRIANCA, ADOLESC E DE FAMILIA	2.891,83	78.852,68	78.852,68	0,00	2.891,83	0,00	10.875,05	6.875,87	6.789,27	86,70	3.086,68	6.480,31
SECRETARIA MUN DE OBRAS, SERVICOS E MANUTENCAO	1.308,89	720.068,91	717.264,12	0,00	4.113,68	516.949,49	208.550,54	56.439,41	55.239,41	0,00	1.010.280,62	1.074.374,30
CORPO DE BOMBEIROS	0,00	7.239,40	7.239,40	0,00	0,00	0,00	82.824,07	6.419,40	6.419,40	0,00	76.404,72	76.404,72
SEC MUN DE AGRICULTURA E MED AMBIENT	0,00	21.668,77	21.668,77	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SECRETARIA MUN DE SEGURANCA PUBLICA	0,00	91.124,26	91.124,26	0,00	0,00	0,00	13.287,96	12.400,86	12.400,86	0,00	687,00	687,00
TOTAL DA PREFEITURA	96.289,55	4.711.009,07	4.705.996,34	0,00	101.302,28	3.413.943,54	3.143.479,16	2.300.947,77	2.287.444,74	56.530,44	4.213.447,52	4.314.749,80
ADMINISTRACAO INDIRECTA												
SANE - SERVICO DE AGUA E ESGOTO DE PIRASSUNUNGA	0,00	372.199,37	372.199,37	0,00	0,00	0,00	2.692.408,09	1.530.068,06	1.494.455,56	89.574,63	1.108.377,90	1.108.377,90
TOTAL (FUNÇAO + ORGÃO)	96.289,55	5.083.208,44	5.078.195,71	0,00	101.302,28	3.413.943,54	3.819.387,25	3.831.046,33	3.781.920,30	146.105,07	5.321.825,42	5.423.627,70

FONTE: CN-SIPFF - Sistema Integrado de Finanças Públicas Municipais, Unidade Responsável: CONTABILIDADE

CONSUMO 1.0-2015

Data da emissão 19/04/2015 e hora de emissão 13:03

MUNICÍPIO DE PIRASSUNUNGA												
Relatório Resumido de Execução Orçamentária Demosttrativo dos Reritos e Pagos por Poder e Orgao Orçamento Fiscal e da Seguridade Social												
PERÍODO DE REFERÊNCIA: JANEIRO a ABRIL 2015 / SEMESTRE: MARÇO-ABRIL												
FUNÇÃO / ORGÃO	Reritos e Pagos Processados e Nao Processados Liquidados em Exercícios Anteriores					Reritos e Pagos Nao Processados						
	Despesas		Pagos	Cancelados	Saldo (a)	Despesas		Liquidados	Pagos	Cancelados	Saldo (b)	Saldo Total (a+b)
	Em Exercícios Anteriores	Em 31 de Abril de 2014				Em Exercícios Anteriores	Em 31 de Abril de 2014					



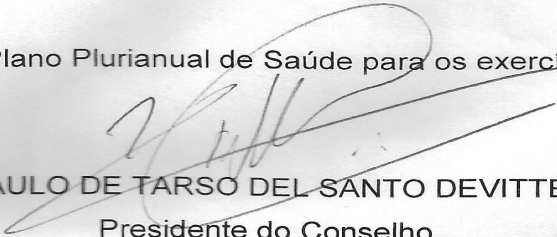
PREFEITURA MUNICIPAL DE PIRASSUNUNGA
Estado de São Paulo
CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE

RESOLUÇÃO Nº. 001, DE 10 DE ABRIL DE 2015

O Plenário do Conselho Municipal de Saúde, em sua Reunião Ordinária realizada no dia 07 de agosto de 2013, no uso de suas competências regimentais e atribuições conferidas pelas Leis no 8.080, de 19 de setembro de 1990, no 8.142, de 28 de dezembro de 1990, Lei Municipal no. 2.848, de 25 de setembro de 1997, pelo Decreto Municipal no 2.071, de 28 de janeiro de 1998, e Considerando os debates ocorridos;

Resolve:

Aprovar o Plano Plurianual de Saúde para os exercícios 2014 a 2017.


PAULO DE TARSO DEL SANTO DEVITTE
Presidente do Conselho

Homologo a Resolução CMS nº. 001, de 10 de abril de 2015.


ROYCE MARIA VICTORELLI PIRES VARGAS
Secretário Municipal da Saúde




PREFEITURA MUNICIPAL DE PIRASSUNUNGA
Estado de São Paulo
CONSELHO MUNICIPAL DE SAUDE

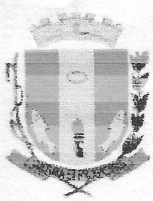
RESOLUÇÃO Nº. 002, DE 10 DE ABRIL DE 2015

O Plenário do Conselho Municipal de Saúde, em sua Reunião Ordinária realizada no dia 05 de novembro de 2014, no uso de suas competências regimentais e atribuições conferidas pelas Leis no 8.080, de 19 de setembro de 1990, Lei no 8.142, de 28 de dezembro de 1990, e Lei Municipal no. 2.848, de 25 de setembro de 1997, Decreto Municipal no. 2.071 de 28 de janeiro de 1998 e Considerando os debates ocorridos;

Resolve:

Aprovar a Programação Anual de Saúde para o exercício 2014.


PAULO DE TARSO DEL SANTO DEVITTE
Presidente do Conselho



PREFEITURA MUNICIPAL DE PIRASSUNUNGA
Estado de São Paulo
CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE

RESOLUÇÃO Nº. 003, DE 07 DE MAIO DE 2015

O Plenário do Conselho Municipal de Saúde, em sua Reunião Ordinária realizada no dia 07 de maio de 2015, no uso de suas competências regimentais e atribuições conferidas pelas Leis no 8.080, de 19 de setembro de 1990, no 8.142, de 28 de dezembro de 1990, Lei Municipal no. 2.848, de 25 de setembro de 1997, pelo Decreto Municipal no 2.071, de 28 de janeiro de 1998, e Considerando os debates ocorridos;

Resolve:

Aprovar a Programação Anual de Saúde para o exercício 2015.



PAULO DE TARSO DEL SANTO DEVITTE
Presidente do Conselho



- DECRETO Nº 6.039, DE 12 DE MAIO DE 2015 -

CRISTINA APARECIDA BATISTA,
Prefeita Municipal de Pirassununga,
Estado de São Paulo.....

No uso de suas atribuições legais e face ao constante nos autos do procedimento administrativo nº 1.462, de 6 de abril de 2015,

DECRETA:

Art. 1º Fica aprovado na forma deste Decreto o **Regimento Interno da VI Conferência Municipal de Saúde de Pirassununga.**

**CAPÍTULO I
DAS FINALIDADES**

Art. 2º A Conferência é o foro municipal de debates sobre a saúde, aberta a todos os segmentos da sociedade e terá por objetivo propor diretrizes para efetivar a saúde como direito de todos e dever do Estado, bem como para consolidação do Sistema Único de Saúde - SUS, além de contribuir para a formulação da política sanitária do Sistema Único de Saúde no âmbito do município;

Parágrafo único. A Conferência será realizada em Pirassununga, no dia 30 de maio de 2015, sob os auspícios da Prefeitura Municipal, através da Secretaria Municipal da Saúde.

**CAPÍTULO II
DOS MEMBROS**

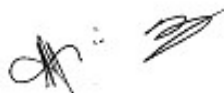
Art. 3º Poderão inscrever-se como membros da Conferência todas as pessoas ou instituições interessadas no aperfeiçoamento da política de saúde, na condição de:

- a) Delegados;
- b) Participantes;
- c) Convidados;
- d) Observadores.

§ 1º Os membros inscritos como delegados terão direito a voz e voto; os participantes, convidados e observadores terão apenas direito a voz.

§ 2º Como participantes poderão inscrever-se membros credenciados de associações, instituições públicas, entidades de classe e de representação da sociedade civil.

§ 3º Os observadores não precisam inscrever-se previamente e seu número dependerá das condições de acomodação do local da Conferência.


1



SEÇÃO I DOS DELEGADOS

Art. 4º Tomarão parte da Conferência, na condição de Delegados:

I - Titulares ou representantes, formalmente credenciados de instituições governamentais (municipais, estaduais e federais);

II - Titulares ou representantes, formalmente credenciados de instituições prestadoras de serviço de saúde, públicas e privadas;

III - Titulares ou representantes, formalmente credenciados, de entidades de representação dos profissionais da área da saúde;

IV - Representantes de usuários: organizações de trabalhadores rurais e urbanos (sindicatos), entidades patronais, associações comunitárias ou de moradores, clubes de serviço, partidos políticos, organizações estudantis, assim como, instituições da sociedade civil organizada que não se incluam nos itens anteriores.

V - Aplica-se o disposto na RESOLUÇÃO nº 453, de 10 de maio de 2012, do Plenário do Conselho Nacional de Saúde, publicada no DOU nº 109, Seção 1, página 138.

CAPÍTULO III DO TEMÁRIO

Art. 5º Nos termos deste Regimento, a VI Conferência Municipal de Saúde terá como tema: "Saúde Pública de Qualidade para Cuidar das Pessoas: Direito do Povo Brasileiro" que será discutido a partir dos seguintes eixos temáticos, contemplando-se em cada eixo o controle social:

I - Direito à Saúde, Garantia de acesso e Atenção de Qualidade;

II - Participação social;

III - Valorização do Trabalho e da Educação em Saúde;

IV - Financiamento do SUS e Relação Público-Privado;

V - Gestão do SUS e Modelos de Atenção à Saúde;

VI - Informação, Educação e Política de Comunicação do SUS;

VII - Ciência, Tecnologia e Inovação no SUS;

VIII - Reformas Democráticas e Populares do Estado.

Art. 6º A abordagem do temário será realizada mediante exposições a cargo de Conferencistas, com posterior discussão nos diversos grupos de trabalho.

Art. 7º Será facultado a quaisquer dos membros da Conferência, por ordem e mediante prévia inscrição à mesa diretora dos trabalhos, manifestar-se verbalmente ou por escrito, durante o período dos debates, através de perguntas ou observações pertinentes no tema.

Art. 8º A mesa dos trabalhos será dirigida por um Presidente e um Coordenador previamente indicados pela comissão organizadora.

Parágrafo único. Não caberá recurso a qualquer decisão da Presidência da mesa de trabalhos da Conferência.

Art. 9º Com o objetivo de garantir o aprofundamento nos aspectos técnicos e científicos relacionados com o Temário Central serão organizados grupos de trabalho visando discutir temas específicos.



Parágrafo único. A critério da Comissão Organizadora serão convidadas pessoas e/ou entidades para atuarem como DEBATEDORES, facilitando as discussões de temas específicos nos grupos de trabalho.

Art. 10 A abordagem de cada tema será realizada nos diversos grupos de trabalho, conforme programa a ser elaborado pela Comissão Organizadora.

Art. 11 Ao fazer sua inscrição, cada membro participante da Conferência deverá optar pelo grupo de trabalho de seu interesse, tomando como base a especificidade dos temas a serem discutidos em cada grupo.

§ 1º Todos os grupos de trabalho discutirão obrigatoriamente os temas específicos a serem determinados a critério da Comissão Organizadora.

§ 2º A Comissão Organizadora se reserva o direito de indicar o grupo de trabalho do membro que não fizer a sua opção no ato da inscrição como determina o caput deste Artigo, assim como, de recusar inscrições para os grupos cujas vagas já houverem esgotada, segundo a disponibilidade do local.

Art. 12 Cada grupo de trabalho terá um Presidente indicado pela Comissão Organizadora com a função de apresentar o tema a ser discutido naquele grupo, de forma expositiva.

CAPÍTULO IV DA ORGANIZAÇÃO

Art. 13 A Conferência será presidida pelo Secretário Municipal de Saúde.

Art. 14 Para desenvolvimento de suas atividades, a Conferência contará com uma Comissão Organizadora constituída dos seguintes membros:

- I - Presidente.
- II - Vice Presidente.
- III - Secretário Geral.
- IV - Secretário Adjunto.
- V - Relator Geral.
- VI - Relator Adjunto.
- VII - Membros

§ 1º São membros da Comissão Organizadora, os representantes de instituições e entidades da sociedade civil nomeados por Portaria do Sr Prefeito municipal.

§ 2º O Conselho Municipal de Saúde faz parte integrante da Comissão Organizadora da Conferência e prestará assessoria a esta nas questões técnicas e de temário.

Art. 15 São atribuições da Comissão Organizadora:

- I - Elaborar e aprovar o Regulamento da Conferência;
- II - Promover a realização do evento cuidando de todos os aspectos técnicos, político-administrativos e financeiros que o envolverem;
- III - Responsabilizar-se pela programação oficial da conferência;
- IV - Selecionar os apresentadores oficiais bem como deliberar sobre os documentos técnicos oficiais;
- V - Credenciar os DELEGADOS;
- VI - Elaborar os anais da Conferência e promover a sua publicação;



Regulamento. VII - Resolver em última instância sobre as questões não previstas neste

Art. 16 Compete ao Presidente da Comissão Organizadora:
I - Promover, coordenar e dirigir todas as atividades necessárias à realização da Conferência;
II - Convocar, quando necessárias, reuniões ordinárias e extraordinárias da Comissão Organizadora.



Art. 17. Compete ao Vice Presidente da Comissão Organizadora:
I - Auxiliar o Presidente em todas suas atribuições e substituí-lo em seus impedimentos;
II - Auxiliar e subsidiar o trabalho da Comissão Organizadora;
III - Receber e acompanhar os convidados oficiais da Conferência.

Art. 18 São atribuições do Secretário Geral e Adjunto:
I - Promover e supervisionar a elaboração dos documentos oficiais do Temário Central;
II - Auxiliar o Presidente da Comissão Organizadora no planejamento das atividades;
III - Responsabilizar-se pelos trabalhos de rotina de secretaria e por toda a correspondência;
IV - Credenciar DELEGADOS e inscrever participantes;
V - Fornecer certificados aos participantes da Conferência;
VI - Recepcionar os convidados oficiais;
VII - Cuidar da programação do evento e de todo o serviço gráfico relativo à Conferência.

Art. 19 Compete ao Relator Geral e Adjunto:
I - Consolidar os relatórios dos grupos de trabalho;
II - Elaborar a Ata Geral da Conferência;
III - Realizar as tarefas necessárias à edição dos textos finais da Conferência;
IV - Elaborar e fornecer dados, relatórios, parciais, cópias de documentos necessários ao desenvolvimento dos trabalhos da Conferência;
V - Orientar e coordenar os grupos de trabalho na elaboração dos relatórios;
VI - Orientar e supervisionar a elaboração dos Anais da Conferência.

CAPÍTULO V **DOS RECURSOS**

Art. 20 As despesas com a realização da VI Conferência Municipal de Saúde correrão por conta de dotação orçamentária da Secretaria Municipal da Saúde.

 ! 



CAPÍTULO VI DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 21 - O credenciamento (obrigatório) dos DELEGADOS terá seu prazo expirado às 17:00 horas do dia 29 de maio, e deverá ser feito junto à Secretaria da Comissão Organizadora, instalada na Secretaria Municipal de Saúde.

Art. 22 Serão conferidos certificados específicos aos membros participantes da Conferência.

Art. 23 A Reunião Plenária final terá como objetivo apreciar e submeter à votação, a síntese das discussões constantes no relatório final dos grupos de trabalho.

Art. 24 Participarão da Plenária Final todos os membros inscritos na Conferência.

§ 1º Os DELEGADOS terão direito à voz e voto; os participantes, convidados e observadores terão apenas direito à voz.

§ 2º No sentido de facilitar o encaminhamento dos trabalhos, a Comissão Organizadora designará a localização específica para cada categoria de membros participantes.

Art. 25 A mesa diretora, responsável pela coordenação dos trabalhos da reunião Plenária Final, será presidida pelo Presidente da Comissão Organizadora, com a participação do Secretário Geral e do Relator Geral da mesma comissão.

Art. 26 A apreciação e votação das propostas constantes na consolidação dos relatórios dos grupos de trabalho terá o seguinte encaminhamento:

I - O Relator Geral procederá à leitura dos relatórios de modo a que os pontos de divergência possam ser identificados como DESTAQUES para serem apreciados;

II - Após a leitura dos relatórios os pontos não adotados como destaques serão considerados como aprovados por unanimidade pela Plenária Final, e em seguida serão chamados por ordem, um a um os DESTAQUES para serem apreciados;

III - Todos os destaques deverão ser apresentados à Mesa Coordenadora;

IV - Os propositores dos DESTAQUES terão um tempo a ser definido pela Mesa, para a defesa do seu ponto de vista, após o que, o Presidente concederá a palavra a um membro que se apresente para defender posição contrária à do proponente, ficando a critério da Mesa a concessão de réplica a cada fala, procedendo-se em seguida a votação da divergência;

V - A aprovação das propostas será por maioria simples dos DELEGADOS presentes.

Art. 27 Encerrada a fase de apreciação e votação dos relatórios, o Presidente da mesa coordenadora chamará para apresentar como MOÇÃO outros temas relacionados à saúde do município, que não tenham sido discutidos nos grupos de trabalho, e que serão encaminhados ao Conselho Municipal de Saúde.

Parágrafo único. Sob nenhuma hipótese será facultado aos membros do Plenário, defender ponto de vista contrário aos propositos pelas moções apresentadas.

Art. 28 Assegura-se aos participantes da Reunião Plenária Final, o questionamento, pela ORDEM, à Mesa, sempre que, a critério dos participantes, não se esteja cumprindo o Regulamento.

  5

Parágrafo único. Durante os períodos de votação serão vedados os levantamentos de questões de ordem.


Art. 29 Os casos omissos serão resolvidos pela Mesa e sob nenhuma hipótese caberá recurso contra a decisão de sua Presidência.

Art. 30 Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Pirassununga, 12 de maio de 2015.


- CRISPINA APARECIDA BAPTISTA -
Prefeita Municipal

Publicado na Portaria.
Data supra.


LUCAS ALEXANDRE DA SILVA PORTO,
Secretário Municipal de Administração.
dag/



- DECRETO Nº 6.040, DE 12 DE MAIO DE 2015 -

CRISTINA APARECIDA BATISTA,
Prefeita Municipal de Pirassununga,
Estado de São Paulo.....

No uso de suas atribuições legais e face ao constante nos autos do procedimento administrativo nº 1.462, de 6 de abril de 2015,

DECRETA:

Art. 1º Este Decreto aprova a Norma Complementar nº 01, que disciplinará os Grupos de Trabalho da VI Conferência Municipal de Saúde de Pirassununga.

DA NORMA COMPLEMENTAR Nº 01

Art. 2º Os Grupos de Trabalho serão realizados nas salas designadas com a presença de todos os Delegados, Participantes, Convidados e Observadores presentes.

Art. 3º Os Grupos de Trabalho terão a duração máxima de 2 (duas) horas.

Art. 4º Caberá ao Presidente dos Grupos de Trabalho:

- I - Abrir a sessão fazendo exposição do eixo temático de seu grupo e esclarecendo sobre o caráter do Grupo de Trabalho;
- II - Apresentar os membros da mesa e dar-lhes a palavra na seqüência estabelecida entre eles;
- III - Controlar o tempo de exposição;
- IV - Responder as questões de ordem e disciplinar os trabalhos.

Art. 5º Cada orador poderá usar a palavra pelo tempo máximo de 3 (três) minutos improrrogáveis, vedada a cessão de tempo pelos oradores seguintes.

Parágrafo único. Somente o orador que for Delegado poderá usar da palavra mais de uma vez, desde que faça nova inscrição.

Art. 6º A inscrição do orador se fará mediante o levantamento de sua mão com o crachá que lhe pertence, postando-se na seqüência de sua inscrição, ante o microfone.

Art. 7º Todas as propostas deverão ser votadas, comportando, no máximo, um encaminhamento a favor, por parte do seu autor, e outro contra, sendo consideradas aprovadas quando obtiverem a maioria dos votos dos presentes.

Art. 8º Cabe ao Secretário:



a) anotar as propostas aprovadas e, em conjunto com os demais Secretários de outros Grupos de Trabalho e mais o Relator e Relator Adjunto, elaborarem o relatório de cada tema de discussão, para o debate e votação na Plenária Final.

Art. 9º É vedado ao Presidente, Secretário e Debatedor, participantes dos debates nos Grupos de trabalho entrar no mérito das questões discutidas.

Art. 10 A Reunião Plenária Final de resolução e votação será realizada no auditório, com a participação de todos os Delegados presentes.

Art. 11 A Reunião Plenária final terá a duração de 1 (uma) hora prorrogáveis por mais 15 (quinze) minutos e será realizada às 11.00 h, versando sobre os temas objeto de exposição e discussão nos diversos Grupos de Trabalho.

Art. 12 A Reunião Plenária final destina-se à discussão, emenda e aprovação do relatório do conjunto dos Grupos de Trabalho e apresentação das moções.

Parágrafo único. Só será objeto de discussão e votação o relatório apresentado pelo Relator Geral e Relator Adjunto da Comissão Organizadora da Conferência, contendo as propostas aprovadas nos diversos Grupos de trabalhos, vedada a apresentação de novas propostas ou propostas derrotadas em qualquer dos Grupos.

Art. 13 Na Reunião Plenária final só poderão usar a palavra os Delegados.

Art. 14 A coordenação e relatório dos trabalhos da Reunião Plenária final caberão ao Presidente e ao Relator geral da Comissão Organizadora da Conferência.


Art. 15 O relatório final de toda a Conferência será apresentado em sessão extraordinária do Conselho Municipal de Saúde para discussão e homologação, de sorte que as propostas aprovadas sejam, no que diz respeito ao Sistema Único de Saúde em Pirassununga, incorporadas ao Plano de Saúde do município.

Art. 16 Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Pirassununga, 12 de maio de 2015.


- CRISTIANA ASSUNÇÃO BATISTA -
Prefeita Municipal

Publicado na Portaria.
Data supra.


LUCAS ALEXANDRE DA SILVA PORTO,
Secretário Municipal de Administração.
dag/



- DECRETO Nº 6.041, DE 12 DE MAIO DE 2015 -

CRISTINA APARECIDA BATISTA,
Prefeita Municipal de Pirassununga,
Estado de São Paulo.....

No uso de suas atribuições legais e face ao constante nos autos do procedimento administrativo nº 1.462, de 6 de abril de 2015,

DECRETA:

Art. 1º Este Decreto aprova a Norma Complementar nº 02, que aprova as diretrizes para instituição, reformulação, reestruturação e funcionamento dos Conselhos de Saúde.


Art. 2º Para atender às diretrizes relacionadas no artigo anterior adota-se a Resolução nº 453, de 10 de maio de 2012, do Plenário do Conselho Nacional de Saúde, em sua Ducentésima Trigésima Terceira Reunião Ordinária, realizada nos dias 09 e 10 de maio de 2012, como norteadora das diretrizes citadas.

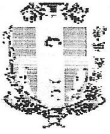
Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Pirassununga, 12 de maio de 2015.


- CRISTINA APARECIDA BATISTA -
Prefeita Municipal

Publicado na Portaria.
Data supra.


LUCAS ALEXANDRE DA SILVA PORTO,
Secretário Municipal de Administração.
dag/



Prefeitura Municipal de Pirassununga
**Conselho Municipal de Assistência Social
COMAS**

RESOLUÇÃO Nº 05 de 04/03/2015

O CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL – COMAS, no uso de suas atribuições que lhe foram conferidas pela Lei nº 4.470, de 09/08/2013.

CONSIDERANDO, a deliberação da reunião plenária realizada em 04/03/2015.

RESOLVE:

Artigo 1º – Fica constituída a COMISSÃO ELEITORAL destinada a Coordenar a eleição dos representantes da Sociedade Civil no CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL – COMAS:

- Roseli Marchetti Pimentel;
- Antonio Geraldo Ignácio;
- Marise Maria Calovi de Oliveira;
- Carmen Aparecida Fermoselli (suplente)

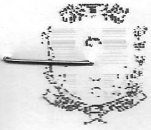
Artigo 2º – A Comissão Eleitoral terá as seguintes atribuições:

- I. Analisar a documentação dos postulantes à habilitação;
- II. Habilitar os postulantes;
- III. Analisar possíveis recursos dirigidos à Comissão Eleitoral.

Artigo 3º – Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Pirassununga, 05 de março de 2015


ROSELI MARCHETTI PIMENTEL
Presidente



Prefeitura Municipal de Pirassununga
**Conselho Municipal de Assistência Social
COMAS**

RESOLUÇÃO Nº 06 DE 28/04/2015

O CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL – COMAS, no uso de suas atribuições que lhe foram conferidas pela Lei nº 4470 de 09/08/2013.

CONSIDERANDO, a deliberação da reunião plenária realizada em 28/04/2015.

CONSIDERANDO, o disposto no Inciso III, do artigo 30 da Lei Federal nº 8.742/93 (LOAS):

RESOLVE

Artigo 1º – aprovar o Plano de Ação para o co-financiamento do do Governo Federal – SUAS/2015, em consonância com o Plano Municipal de Assistência Social do exercício de 2015.

Artigo 2º – esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Pirassununga, 28 de abril de 2015.


JORGE DEVITTE – PROFº
Vice Presidente



**ATOS OFICIAIS
PODER LEGISLATIVO**

Câmara Municipal

CÂMARA MUNICIPAL DE PIRASSUNUNGA

Em atenção ao artigo 37 da Constituição Federal, a Câmara Municipal de Pirassununga comunica que recebeu no dia 30 de abril de 2015, o "Projeto de Lei que dispõe sobre as diretrizes para a elaboração e execução da Lei Orçamentária de 2016 e dá outras providências".

Referido Projeto de Lei recebeu o nº 53/2015, estando à disposição da população nos termos do artigo 152 do Regimento Interno para conhecimento das diretrizes a serem observadas na elaboração da Lei Orçamentária para o exercício de 2016.

Pirassununga, 06 de maio de 2015.

Alcimar Siqueira Montalvão
Presidente





CÂMARA MUNICIPAL DE PIRASSUNUNGA-SP

Rua Joaquim Procópio de Araújo, 1662 - Fone/Fax: (19) 3561.2811

E-mail: legislativo@camarapirassununga.sp.gov.br

Site: www.camarapirassununga.sp.gov.br

COMUNICADO

A Câmara Municipal de Pirassununga comunica que recebeu no dia 30 de março de 2015, a “Prestação de Contas da Prefeitura Municipal, referente ao exercício de 2014”, ficando à disposição da População.

Pirassununga, 01 de abril de 2015.


Alcimar Siqueira Montalvão
Presidente